

# Diário do Legislativo de 05/01/2000

MESA DA ASSEMBLÉIA

Presidente: Anderson Aduino - PMDB

1º-Vice-Presidente: José Braga - PDT

2º-Vice-Presidente: Durval Ângelo - PT

1º-Secretário: Dilzon Melo - PTB

2º-Secretário: Gil Pereira - PPB

SUMÁRIO

1 - ATA

1.1 - 69ª Reunião Extraordinária

## 2 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATA

ATA DA 69ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA, EM 22/12/99

Presidência dos Deputados Anderson Aduino e Gil Pereira

Sumário: Comparecimento - Abertura - 1ª Parte: Ata - 2ª Parte (Ordem do Dia): 1ª Fase: Discussão e Votação de Pareceres: Parecer de Redação Final do Projeto de Lei nº 181/99; aprovação - 2ª Fase: Questão de ordem - Suspensão e reabertura da reunião - Registro de Presença - Discussão e Votação de Proposições: Acordo de Lideranças; Decisão da Presidência - Discussão, em turno, único, do Projeto de Lei nº 581/99; discursos dos Deputados Rêmolo Aloise, Márcio Cunha, Hely Tarquínio, Sebastião Costa, João Leite, Mauro Lobo, Alberto Pinto Coelho e João Batista de Oliveira; encerramento da discussão; requerimento do Deputado Antônio Andrade; deferimento; votação do projeto, salvo emendas e destaques; aprovação; votação das Emendas nºs 3.704 a 3.766, da Subemenda nº 1 à Emenda nº 1.511 e da Subemenda nº 3 à Emenda nº 1.510, salvo destaques; aprovação; questão de ordem; votação das Emendas nºs 129, 130, 530, 703, 704, 888, 889, 1.319, 1.320, 1.321, 1.508 e 1.875; rejeição; leitura e votação da Subemenda nº 2 à Emenda nº 1.510; questão de ordem; discurso do Deputado Miguel Martini; aprovação; verificação de votação; ratificação da aprovação; votação da Subemenda nº 3 à Emenda nº 1.510; discurso do Deputado Miguel Martini; rejeição; verificação de votação; ratificação da rejeição; prejudicialidade das Emendas nºs 1 a 18, 21 a 128, 131 a 529, 531 a 702, 705 a 887, 890 a 1.160, 1.162 a 1.318, 1.322 a 1.507, 1.509 a 1.725, 1.727 a 1.746, 1.748 a 1.764, 1.766 a 1.769, 1.771 a 1.801, 1.803 a 1.874, 1.876 a 3.417 e 3.419 a 3.703 e da Subemenda nº 1 à Emenda nº 1.510 - Questões de Ordem - Discussão e Votação de Pareceres de Redação Final: Parecer de Redação Final do Projeto de Lei nº 755/99; aprovação - Parecer de Redação Final do Projeto de Lei nº 351/99; encerramento da discussão; requerimento do Deputado Chico Rafael; rejeição; verificação de votação; aprovação - Pareceres de Redação Final dos Projetos de Lei nºs 51, 232, 424, 582 e 586/99; aprovação - Questão de ordem - Parecer de Redação Final do Projeto de Lei nº 229/99; encerramento da discussão; questão de ordem; votação; aprovação; verificação de votação; anulação da votação - Encerramento.

Comparecimento

- Comparecem os Deputados:

Anderson Aduino - Durval Ângelo - Gil Pereira - Adeldo Carneiro Leão - Agostinho Patrús - Agostinho Silveira - Ailton Vilela - Alberto Pinto Coelho - Alencar da Silveira Júnior - Álvaro Antônio - Ambrósio Pinto - Antônio Andrade - Antônio Carlos Andrada - Antônio Genaro - Antônio Júlio - Antônio Roberto - Arlen Santiago - Bené Guedes - Bilac Pinto - Cabo Morais - Carlos Pimenta - Chico Rafael - Dalmo Ribeiro Silva - Dimas Rodrigues - Djalma Diniz - Doutor Viana - Edson Rezende - Eduardo Brandão - Eduardo Daladier - Eduardo Hermeto - Elaine Matozinhos - Elmo Braz - Ermano Batista - Glycon Terra Pinto - Hely Tarquínio - Irani Barbosa - Ivo José - João Batista de Oliveira - João Leite - João Paulo - Jorge Eduardo de Oliveira - José Henrique - Luiz Fernando Faria - Luiz Menezes - Marcelo Gonçalves - Márcio Cunha - Marco Régis - Maria José Hauelsen - Maria Tereza Lara - Mauro Lobo - Miguel Martini - Olinto Godinho - Paulo Pettersen - Paulo Piau - Rêmolo Aloise - Rogério Correia - Ronaldo Canabrava - Sebastião Costa - Wanderley Ávila.

Abertura

O Sr. Presidente (Deputado Anderson Aduino) - Às 10h14min, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

1ª Parte

Ata

- O Deputado Gil Pereira, 2º-Secretário, procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

O Sr. Presidente - Nos termos do edital de convocação, a Presidência vai passar à 2ª Parte da reunião, em sua 1ª Fase, com a discussão e a votação de pareceres e a votação de requerimentos.

Discussão e Votação de Pareceres

O Sr. Presidente - Parecer de Redação Final do Projeto de Lei nº 181/99, do Presidente do Tribunal de Justiça do Estado, que dispõe sobre a Justiça de Paz. Em discussão, o parecer. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. Em votação, o parecer. Os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (-Pausa.) Aprovado. À sanção.

O Sr. Presidente - Esgotada a matéria destinada à 1ª Fase, a Presidência passa à 2ª Fase da 2ª Parte da Ordem do Dia, com a discussão e a votação da matéria constante da pauta.

#### Questão de Ordem

O Deputado João Batista de Oliveira - Gostaria apenas de um esclarecimento, Sr. Presidente. Foi votada a redação final do Projeto de Lei nº 755/99, do Instituto de Terras?

O Sr. Presidente - Ainda não está pronta a redação final. Aliás, vamos suspender a reunião por alguns minutos, enquanto se reúne a Comissão de Fiscalização Financeira, que está discutindo o único assunto da pauta de hoje. Logo após a discussão e a votação do orçamento, a Presidência colocará em votação a redação final de todos os projetos, exceto o das taxas, como foi anteriormente anunciado aos companheiros.

O Deputado João Batista de Oliveira - Sr. Presidente, mas, uma vez que V. Exa. anunciou que estava esgotada a matéria destinada à 1ª Fase, a redação final ainda pode voltar a ser vista?

O Sr. Presidente - Sim. Os pareceres de redação final podem ser apreciados logo após a apreciação dos projetos da pauta.

#### Suspensão da Reunião

O Sr. Presidente - A Presidência vai suspender os trabalhos para aguardar que sejam preenchidos os pressupostos regimentais para a apreciação do Projeto de Lei nº 581/99. Estão suspensos os nossos trabalhos.

#### Reabertura da Reunião

O Sr. Presidente - Estão reabertos os nossos trabalhos.

#### Registro de Presença

O Sr. Presidente (Deputado Gil Pereira) - A Presidência registra a presença, em Plenário, do Sr. Manoel Costa, Secretário de Estado do Planejamento.

#### Discussão e Votação de Proposições

- Vem à Mesa:

#### ACORDO DE LIDERANÇAS

Exmo. Sr. Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

Os Deputados que este subscrevem, representando a totalidade dos membros do Colégio de Líderes, acordam em que seja dispensada a prévia publicação do parecer de turno único do Projeto de Lei nº 581/99, que estima as receitas e fixa as despesas do Orçamento Fiscal do Estado de Minas Gerais e do Orçamento de Investimento das Empresas controladas pelo Estado para o exercício de 2000.

Sala das Reuniões, 22 de dezembro de 1999.

#### DECISÃO DA PRESIDÊNCIA

A Presidência acolhe o acordo e determina o seu cumprimento.

Sala das Reuniões, 22 de dezembro de 1999.

Gil Pereira, 2º-Secretário, no exercício da Presidência.

O Sr. Presidente - Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 581/99, do Governador do Estado, que estima as receitas e fixa as despesas do Orçamento Fiscal do Estado de Minas Gerais e do Orçamento de Investimento das Empresas Controladas pelo Estado para o exercício de 2000. Em discussão, o projeto. Com a palavra, para discuti-lo, o Deputado Rêmoló Aloise.

O Deputado Rêmoló Aloise - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, imprensa, pessoas presentes nas galerias, uso esta tribuna para comentar sobre o orçamento que esta Casa vai votar.

Nesta oportunidade, como sub-relator desse orçamento, tenho que iniciar meu pronunciamento levando o nosso agradecimento ao pessoal técnico, que, por mais de 20 dias, debruçou-se sobre a proposta que chegou a esta Casa; com muita competência e muita capacidade, trabalhou, junto com o Presidente desta Comissão, Deputado Márcio Cunha, e com o sub-relator, Deputado Olinto Godinho. No final, conseguimos trazer a este Plenário uma proposta real, que apresenta uma mudança. É o orçamento que traz, pela primeira vez, a realidade de uma receita estadual, de um compromisso do Governador Itamar Franco.

Tenho certeza absoluta de que o que vamos votar mudará a história orçamentária deste Estado. Não tenho dúvida nenhuma de que as emendas apresentadas pelas comissões temáticas desta Casa demonstraram respeito a todos os parlamentares que apresentaram emendas. Todas elas foram acatadas. Encontra-se no livro uma sinopse, que será distribuída a todos os Deputados, dando a origem do objeto da Secretaria que recebeu e cumprirá a emenda dos nobres colegas desta Casa.

Serei breve. Quero dizer também que foi um ano de muito trabalho, em que esta Casa trabalhou numa linha que nos deixou orgulhosos de pertencer a ela. Aprovamos vários projetos. Não olhamos o lado partidário das coisas.

A Oposição esteve presente. Levo o meu agradecimento aos Deputados do PFL e do PSDB, que entenderam quando aceitei o cargo de Vice-Líder do Governo. Eu os consultei e disse a eles que estava lá para me somar às posições suprapartidárias. Então, meu muito obrigado a eles e àqueles que também nos ajudaram em vários projetos, como no desmembramento do Corpo de Bombeiros, na questão da Polícia Militar, da anistia, e em todos aqueles projetos que aqui chegaram. Também na reforma administrativa, quando demos condição para que esse Governo tivesse diretriz nesse caminho.

Encerro minhas palavras e desejo a todos os Deputados um feliz Natal, um próspero ano novo e que o ano 2000 seja festivo e construtivo para todos nós, desta Casa.

O Deputado Durval Ângelo (em aparte) - Deputado Rêmolo Aloise, quero fazer, nesta sessão de encerramento do ano, um registro de justiça pelo trabalho que V. Exa. tem desempenhado neste Poder. Teve um destaque enorme, com sua atuação na Comissão de Fiscalização Financeira, onde as principais matérias, as mais polêmicas, passaram sob a batuta do seu parecer, o que, de alguma forma, contribuiu e muito para engrandecer o papel político do Poder Legislativo do Estado de Minas Gerais.

Destaco, particularmente, o papel que V. Exa. teve na proposta de emenda à Constituição de nossa autoria que tornou autônomo o Corpo de Bombeiros em relação à Polícia Militar. Esse papel foi confirmado na sub-relatoria do orçamento deste ano.

O trabalho de V. Exa., no acolhimento das emendas de diferentes Deputados, ocorreu sem nenhum tipo de enfoque partidário. A questão da compatibilização dos números e, mesmo, do aprofundamento e das melhorias do projeto do Governo foram alvos fundamentais que, de alguma forma, foram coroados pelo acolhimento das emendas do Orçamento Participativo, em que parcela significativa da população mineira, que participou das audiências públicas regionais, não podia ver seus pedidos frustrados.

Acho que V. Exa. é orgulho deste Poder, e nos orgulha sermos colegas e amigos. Gostaria de destacar também que, frente a toda essa polêmica do orçamento, V. Exa. teve uma posição firme.

Estaremos juntos na defesa da suplementação de 8%, por entender que aqui não cabe demagogia de nenhum tipo.

V. Exa. tem dado demonstração de que esse não é o caminho que V. Exa. trilha. Parabéns pelo seu trabalho e pela sua atuação.

O Deputado Rêmolo Aloise - Nobre Deputado Durval Ângelo, agradeço as suas palavras e tenho a certeza absoluta de que fiz tudo de uma maneira correta e consciente. Ao encerrar este pronunciamento, não poderia deixar de dizer à Mesa, a todos os seus membros que passamos por um período muito difícil, de adequação. Entendo que houve reformas profundas nesta Casa, mas não poderia deixar de dizer que o recrutamento amplo avançou muito no processo democrático. A Mesa abriu esse caminho. Fica, então, à Mesa o agradecimento do pessoal do recrutamento amplo, que teve uma abertura muito grande nesta Casa. Encerrando, dou a palavra ao nobre Deputado Alencar da Silveira Júnior.

O Deputado Alencar da Silveira Júnior (em aparte) - Deputado Rêmolo Aloise, também gostaria de parabenizar V. Exa. pelo seu trabalho junto ao orçamento, pelo seu trabalho nesta Casa, já que sabemos, desde a legislatura passada, da competência de V. Exa., da amizade de V. Exa. Posso garantir que aprendi muito com V. Exa. durante toda a legislatura, durante todo o seu trabalho. Pudemos fazer parte juntos de algumas comissões, de alguns levantamentos, de alguns trabalhos em prol de Minas Gerais. Gostaria de aproveitar a oportunidade e desejar a V. Exa. boas festas, feliz Natal, um 2000 com muita saúde e muita paz. Que possamos continuar trabalhando por Minas, continuar mostrando o que, realmente, viemos fazer. Na oportunidade, gostaria de desejar a todos os companheiros boas festas e um ano novo com muita esperança no povo brasileiro, porque é sofrido e realmente merece um futuro melhor. Muito obrigado por este espaço. Continue contando comigo. Quero lembrar, Reminho, que você não é fraco.

O Deputado Rêmolo Aloise - Deputado Alencar da Silveira Júnior, só posso dizer muito obrigado uma vez mais a todos os nossos colegas que nos ajudaram a vencer as dificuldades deste ano que termina. Eu, como colega, só posso dizer muito obrigado, um feliz Natal e um próspero ano novo.

O Sr. Presidente - Com a palavra, para discutir o projeto, o Deputado Márcio Cunha.

O Deputado Márcio Cunha - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, companheiros e companheiras; Sr. Presidente, queria ter feito um agradecimento a todos os companheiros da Comissão de Fiscalização Financeira, mas, em razão de termos que nos debruçar, nos últimos dias, sobre alguns aspectos do orçamento em relação aos quais, infelizmente, não obtivemos consenso, quero fazer esse agradecimento e o faço não apenas aos membros da nossa comissão, mas também, muito especialmente, à assessoria técnica desta Casa e a cada companheiro da grande comissão, junto com os companheiros Deputados, que, por um motivo ou outro, direta ou indiretamente, colaboraram para que obtivéssemos êxito. Nesse sentido, especialmente, à Mesa Diretora, à Liderança do Governo desta Casa, não só ao Líder Deputado Alberto Pinto Coelho, mas também aos Vice-Líderes.

Companheiros, uma convergência de vontades: início o meu pronunciamento fazendo também um balanço dos trabalhos da Comissão de Fiscalização Financeira. Este ano, foram apreciadas centenas de pareceres para o 1º turno e dezenas para o 2º turno. Foram realizadas 40 reuniões ordinárias, 30 extraordinárias e 20 especiais; no total, 90 reuniões - quase 2 por semana. Trabalhamos muito - e muito seriamente - para que todos os projetos tivessem andamento normal. Acho que obtivemos êxito. Neste momento, agradeço aos companheiros membros da Comissão, os Deputados Mauro Lobo, Miguel Martini, Eduardo Hermeto, Olinto Godinho, Rêmolo Aloise e Rogério Correia, e a todos os assessores da Casa e da Comissão, que também tiveram um trabalho intenso e de lealdade a toda a prova.

Estamos chegando ao final desta sessão legislativa cansados de trabalhar, mas felizes com os resultados obtidos.

Como relator do orçamento do Governo do Estado de Minas Gerais para o ano 2000, tenho o prazer de apresentar o caminho que encontramos para atender às demandas dos Deputados e das regiões, levando em consideração o aspecto temático, coletivo e regional das emendas priorizadas.

O grande destaque - e a grande novidade - é o Orçamento Participativo, que consegui, em tempo recorde, levantar as necessidades dos cidadãos em todas as regiões do Estado. Eu mesmo participei de várias das 18 reuniões realizadas e senti nas pessoas uma vontade muito grande de participar e defender as prioridades do seu bairro, da sua cidade e da sua região. É bom lembrar que os trabalhos do Orçamento Participativo começaram depois do envio à Assembleia do projeto de orçamento do Estado para o ano 2000; mesmo assim, conseguimos incluir as demandas levantadas no nosso relatório. Em outras palavras, conseguimos compatibilizar todos os interesses e estabelecemos uma convergência de vontades para atingir os objetivos desejados.

Para isso, tivemos que definir certos critérios para fazer alterações no orçamento, procurando preservar a sua essência - e a sua característica principal - de ser um orçamento real e factível, como o que sempre desejamos. Na verdade, o orçamento é a busca do equilíbrio entre receita e despesa. É igual na casa da gente: não podemos gastar mais do que ganhamos, senão vamos ficar com dívidas, ou seja, com déficit.

O orçamento não pode ser uma peça de ficção. Já foi a época em que o orçamento era só para constar - para cumprir uma formalidade.

No orçamento para o ano 2000, foram acatadas as emendas que se referem a políticas públicas, voltadas para as áreas de saúde, infra-estrutura urbana e rural dos municípios, sistema viário, moradia popular, trabalho e ação social.

Diante desse critério, as outras emendas ficaram prejudicadas, é verdade, mas, enfim, das três mil setecentas e tantas emendas, eu e os Deputados Rêmolo Aloise e Olinto Godinho, com a participação fantástica da Comissão, conseguimos acatar 1.055, no valor de R\$40.500.000,00 - um total de R\$500.000,00 por Deputado. Foi o máximo de recursos que conseguimos remanejar para atender às demandas desta Casa.

Confesso que foi uma tarefa difícil, devido à grande demanda. Mas prevaleceu a boa vontade da maioria para viabilizar a proposta orçamentária.

A distribuição percentual das emendas por comissão temática foi a seguinte: 47% para melhoria de infra-estrutura urbana, 20% para a área social, 13% para a área de saúde, e 10% para a educação, áreas que têm se revelado as mais importantes em todas as pesquisas de opinião. Com isso, quero dizer que os nossos Deputados estão em sintonia com a sociedade civil. Quero, portanto, cumprimentar todos os colegas Deputados que tiveram a sensibilidade de enxergar e de representar aqui o desejo do nosso povo.

Sob o ponto de vista regional, o Vale do Rio Doce ficou com 28% dos recursos, a região central recebeu 24%, a Zona da Mata teve 12%, o Sul e o Norte tiveram, ambos, 10%, e o Jequitinhonha ficou em 6º lugar, com 6% dos recursos.

A regionalização também mostra que os grandes problemas estão localizados em áreas de maior concentração populacional, com exceção do Vale do Jequitinhonha, que é a região mais pobre de Minas Gerais.

Aqui está, Sr. Presidente e Deputados, o resultado do trabalho da Comissão de Fiscalização Financeira, para o qual peço a aprovação deste Plenário.

Quero, mais uma vez, agradecer, penhoradamente, a todos os Deputados e, em especial, aos Deputados Olinto Godinho e Rêmo Aloise, que foram relatores conosco.

O Deputado Antônio Andrade (em aparte) - Sr. Deputado, quero comungar com suas palavras e dizer que o PMDB se sente muito bem representado por V. Exa. na Comissão de Fiscalização Financeira, que soube conduzir os trabalhos com muita sabedoria e capacidade.

Este foi o primeiro ano de um Governo que enfrentou grandes dificuldades, mas V. Exa. conduziu muito bem aquela Comissão, que é uma das que mais trabalha nesta Casa. Reconhecemos esse grande trabalho, e o PMDB se sente gratificado e muito bem representado por V. Exa., Deputado de primeiro mandato, que veio da Câmara Municipal de Belo Horizonte e aqui representou muito bem o nosso partido, prestando grandes serviços ao povo mineiro.

Quero aproveitar a oportunidade para desejar um feliz Natal a todos os companheiros Deputados e a todos os membros desta Casa, que, ao longo de 1999, ano de grandes dificuldades, souberam conduzir o parlamento mineiro. A todos, um feliz Natal e um próspero 2000.

O Deputado Márcio Cunha - Quero agradecer ao ilustre Deputado Antônio Andrade e à Bancada do PMDB, em especial a V. Exa., pela distinção, pelo afeto e carinho com que V. Exa. tem tratado não só a mim, mas também a todos companheiros de bancada.

Quero dizer, mais uma vez, que a presença naquela Comissão e o cargo que ocupo é da bancada do meu partido, portanto é ao meu partido que devo essa honrosa distinção.

Além de reconhecer isso, quero agradecer à Bancada do PMDB, a todos os Deputados, à comissão técnica, aos seus assessores e aos assessores do meu gabinete. Insisto: não há nenhum mérito pessoal nisso. Há o mérito coletivo desta Casa. Mais uma vez, sinto-me orgulhoso, satisfeito e encantado com o grau de profissionalismo do trabalho que se faz nesta Casa. Parabéns a cada um dos Deputados.

O Sr. Presidente - Com a palavra, para discutir o projeto, o Deputado Hely Tarquínio.

O Deputado Hely Tarquínio - Sr. presidente, Srs. Deputados, queremos discutir e refletir sobre a peça orçamentária. Até a palavra peça, no caso, é pejorativa. Quando se fala em peça, pensa-se em teatro e na subjetividade da palavra.

Graças a Deus, neste mandato, houve sinais de que o orçamento poderia se tornar uma peça real. Gostamos de ser sinceros. Neste Governo, iniciou-se, pelo menos, a pregação de um orçamento real.

Em que pesem às divergências, achamos que há alguma conquista: a pedagogia do orçamento real. Por enquanto, é a pedagogia. Na prática, ele continua com todas as mazelas da ficção, porque a natureza não dá salto do dia para a noite.

O orçamento é muito importante para o povo de Minas Gerais, porque vai definir a nossa qualidade de vida, servirá de parâmetro para a evolução da sociedade e o desenvolvimento social.

Quero parabenizar o Deputado Eduardo Hermeto, que está fazendo uma emenda preocupada com o aspecto social, para que, na suplementação, não se elimine esse aspecto. Nenhum orçamento trata disso. Então, gostaríamos de parabenizar o Deputado por criar essa emenda, que, temos certeza, será aprovada. O exame do orçamento é a coisa mais importante que fazemos como Poder Legislativo, mediador dos interesses do povo. Somos os mediadores entre o povo e o Poder Executivo e temos, mesmo sendo da Oposição, que estar em sintonia com a Situação e criar mecanismos para acompanhar a elaboração do orçamento e sua materialização. Entendemos que, durante sua confecção, deveria ser feita uma parceria do Governo com a Casa, mostrando, "pari passu", o projeto do orçamento, para que possamos participar, através da representação da Comissão de Fiscalização Financeira. Quem sabe não poderíamos partir para isso, nesse sonho de que o orçamento um dia poderá ser real?

Embora o Governo tenha implantado o Orçamento Participativo, na prática da auscultação da população, já tínhamos também as audiências públicas, que, acredito, devem continuar. Podemos estudar formas para realizá-las. Já temos várias e já fazemos isso permanentemente, nas nossas bases. Já ouvimos o povo e trazemos para cá todas as suas reivindicações. Conhecemos as diferentes regiões de Minas Gerais e entendemos que elas têm que ser sintetizadas na peça orçamentária, que continua sendo um pouco peça. Por quê? Porque a parte técnica ainda tem muito que ser esclarecida para os Deputados Estaduais. Mas a Casa, de uma forma geral, e seus técnicos, numa simbiose e numa busca associada com o Poder Executivo, precisa encontrar os melhores caminhos para estimar e fixar as receitas para prever como será a vida a cada ano.

Nesse contexto, o PPAG será o elo entre o orçamento e o Plano Mineiro de Desenvolvimento Integrado - PMDI. Então, a materialização do orçamento acontece todos os anos e, ao mesmo tempo, está dando projeção para que o PPAG possa estabelecer um PMDI num horizonte de 10 a 20 anos. Isso, sem falar na LDO, que é a base, contém as generalizações que serão especificadas no orçamento. Por isso, acho que a Casa terá que fazer uma lei de diretrizes agora. Terá que ser elaborada uma verdadeira cartilha para o Deputado seguir. Isso tudo é muito falado, mas, para os Deputados, com exceção dos Líderes, muitas vezes, tudo isso passa despercebido. Teríamos, então, que adotar uma cartilha neste Poder, para que todos nós pudéssemos nos empenhar na elaboração de um orçamento real.

A partir do momento em que começamos a fazer a cultura do orçamento na Comissão de Fiscalização Financeira, percebemos que a discussão básica é a suplementação do orçamento.

Mas, quando o orçamento é real, não há necessidade de suplementação, ou, então, ela é mínima, porque estamos convivendo com uma inflação baixa. Já que se provocou uma ruptura da cultura do orçamento fictício, não podemos fazer uma suplementação alta.

Aí vem o papel do Poder Legislativo. Ele tem de fiscalizar intensamente, a partir dos mecanismos que estão sendo estabelecidos, para que possamos seguir, "pari passu", um cronograma. Pelo menos semestralmente, a Assembléia deveria fazer a análise do que aconteceu, do que foi proposto, do que deixou de acontecer e das circunstâncias que não favoreceram a materialização de determinado projeto, para ver até que ponto fomos eficientes. É fazer o provão, sim, da nossa capacidade, porque fomos eleitos pelo povo e para o povo, e a vida de cada família mineira está consubstanciada no orçamento. Ele é o parâmetro das condições de vida do povo, da escolaridade, da saúde, dos indicadores sociais, que ainda são sofríveis neste País. E a proposta do Presidente Fernando Henrique, com a social-democracia, é equilibrar o aspecto social, para depois promover o desenvolvimento social, representado pelos indicadores sociais básicos, como saúde, educação, segurança.

E a segurança é um tema tão complexo, que até se pensou em criar a "narcotaxa", em razão da ansiedade dos políticos, que não vêem formas de combater o narcotráfico e a violência sob todas as formas.

Mas, nessa reflexão permanente, nessas propostas permanentes, pelo menos esse ano, estamos tranquilos, porque este Poder cumpriu a sua missão, ainda que esteja um pouco ajoelhado para fazer a vontade do Governador. Finalmente, reagiu, nesse apagar das luzes do ano de 1999. E reagiu a partir de uma posição firme das Oposições, que foi o carro-

chefe para alertar a sociedade e cumprir realmente o papel de mediador, a fim de mostrar a força do povo ao Governo de Minas Gerais, e, finalmente, fazer com que fosse retirado o famigerado Projeto de Lei nº 705/99, das taxas, o "boeing" que estava aí.

Nesse momento, vimos que o povo falou alto, por meio dos seus representantes. A imprensa se uniu ao povo, mostrando que, de fato, fazemos a representação daqueles que confiaram em nós. E demos esse testemunho neste final de ano, mostrando que este é o Poder vigilante, é o Poder sentinela da população, é o Poder mais forte, mas que, muitas vezes, se ajoelha e vai criando uma cultura de submissão que não tem fim.

Provocamos essa ruptura nesse fim de ano. Estamos felizes por isso, e esse exemplo tem de ser cultivado, para que este Poder cumpra o seu papel e faça com que esse orçamento não seja fictício. Ainda entendemos que deverá haver um percentual de suplementação, mas razoável, não uma suplementação que lembre a submissão, o cheque em branco que este Poder tem passado para o Executivo. E um Poder que é independente e responsável vai complementar o orçamento assim que o Governador fizer contato com suas bases, com suas Lideranças neste parlamento, e constatar-se essa necessidade.

Não vamos faltar com o povo de Minas Gerais. Se estiverem calçados em uma realidade, em alguma circunstância ou em alguma contingência, este Poder, estes Deputados, a quem conheço, jamais faltarão, independente de partido, de avaliar e dar autorização para o Governador, seja ele de que partido for, tenha ele um comportamento sempre responsável para com a população. Este parlamento não faltará com o povo de Minas Gerais.

Então, ao analisar o orçamento que vai ser votado hoje, queremos dar a dimensão do valor desse projeto de lei, que é o mais importante, porque sintetiza praticamente a vida de todos nós. Queremos pregar, mais uma vez, a cultura consciente, responsável, razoável do orçamento, de forma suprapartidária. E, neste momento, gostaria de prestar minhas homenagens às Lideranças, ao próprio Líder do Governo, ao Presidente da Assembléia Legislativa, à Mesa e ao Deputado relator, Rêmolô Aloise, que, sempre atento, conseguiu ouvir todos e conciliar as propostas da Oposição e da Situação. S. Exa. conseguiu atender aos interesses de forma algébrica, quer dizer, uma resultante que signifique a vontade de todas as regiões de Minas Gerais, porque aqui representamos todas elas. Essa capacidade de atender do Deputado Rêmolô Aloise fica registrada.

Concluindo, Sr. Presidente, vamos nos posicionar quanto ao percentual, porque o orçamento, em tese, já está acordada a sua aprovação. Os percentuais devem ser mais razoáveis, fazendo com que os Poderes sejam mais independentes nessa busca de que um dia a suplementação seja zerada e o orçamento seja, realmente, a expressão da necessidade e da vontade do povo de Minas Gerais.

O Deputado Rêmolô Aloise (em aparte) - Nobre Deputado Hely Tarquínio, há, aproximadamente, dez anos, chegamos a esta Casa. Chegamos de uma maneira acanhada, de quem está chegando e não conhece o parlamento. Passaram-se os anos, e devo dizer que passei a conhecer V. Exa. muito bem. Passou por vários acontecimentos na vida, tendo até uma encefalite virótica, que conseguiu vencer. V. Exa. também venceu outras patologias que teve, como um enfarte do miocárdio. E, neste ano, V. Exa. foi um verdadeiro guerreiro. Subiu a esta tribuna com o dever de representar o povo de Minas e o fez da melhor maneira possível, com democracia, correção, diretriz e, em momento nenhum, as suas posições foram mudadas. Eu, como seu colega de três mandatos, como colega médico e por ter vencido todas essas tempestades que a vida nos traz, não poderia deixar de dizer que V. Exa. ficou bem maior este ano. Tenho certeza de que este parlamento também engrandeceu-se com a sua postura de opositorista correto, consciente do que é o dever da Oposição. Vai aquele abraço fraterno e o agradecimento às palavras a mim dirigidas. Muito obrigado.

O Deputado Hely Tarquínio - Agradeço as palavras do Deputado Rêmolô Aloise. Finalmente, gostaria de terminar dizendo, em nome do PSDB, que temos a noção do dever cumprido. Sempre procuramos conjugar esforços nesta Casa, trabalhar pelo interesse do povo de Minas Gerais, sobretudo buscando o desenvolvimento do aspecto social e da democracia. O PSDB trabalha buscando a semântica do partido, sem radicalismo, entendendo as dificuldades que temos de enfrentar, os desafios que estarão por aí, mas temos uma palavra-chave, que foi aplicada agora, no Projeto de Lei nº 705/99, ou seja, resistência, resistência, pensar Minas Gerais e agir para cumprir o nosso papel de mediadores.

A todos os companheiros, o meu abraço fraternal. Que, no ano que vem, possamos estar com as energias renovadas, para cumprir a nossa missão. Muito obrigado.

O Sr. Presidente - Com a palavra, para discutir o projeto, o Deputado Sebastião Costa.

O Deputado Sebastião Costa - Sr. Presidente, Srs. Deputados, senhores e senhoras; nossa presença na tribuna, sem agenda, como lembra o Deputado Alencar da Silveira Júnior, é para abordar um tema que não precisa nem de agenda, basta fazer uma retrospectiva recente. E isso minha memória permite-me fazer, independente de qualquer anotação. Por esta razão, venho, neste prazo que o Regimento nos assegura, para discutir o orçamento do Estado de Minas Gerais. Aproveito esta fase regimental, em que temos maior flexibilidade, para fazer essas reflexões. Poderia vir em outra fase, no encaminhamento de votação, mas prefiro fazê-lo agora, uma vez que, neste instante, não fico restrito, tão-somente, à necessidade de abordar o projeto de lei orçamentário.

Posso fazer algumas outras abordagens. Entre elas, gostaria de fazer um registro público a respeito de episódios ocorridos ontem. Quase que aquela pressa da reunião da manhã induziria a Assembléia Legislativa, como um todo, a um momento difícil, ou seja, assumir sozinha, perante a opinião pública de Minas Gerais, a aprovação do Projeto de Lei nº 705/99, que versa sobre as taxas. Quero ressaltar que, muitas vezes, a Situação sente-se intranquilha e começa a pensar que a Oposição está fazendo obstáculo simplesmente para ser contra. Nós, na Assembléia Legislativa, fazemos oposição somente às ações de governo, e não às pessoas. Fazemos oposição a determinadas atitudes e práticas governamentais. Não fazemos oposição àquelas situações e circunstâncias em que o Estado tem que prevalecer. Assim tem sido o nosso comportamento, assim tem sido o comportamento da Bancada do PFL, do PSDB e do PSN.

Diria que essa nossa preocupação, em muitos momentos, tem tido também a sintonia de alguns integrantes da base de apoio do Governo, que, tendo sensibilidade pública, tendo consciência cívica, sabe perfeitamente que, nem sempre, a Oposição está se opondo. Talvez esteja contribuindo. Vejam só o episódio de ontem, ocorrido com o Deputado João Batista de Oliveira, que foi meu companheiro na Comissão de Justiça no ano passado. Apesar de estarmos em partidos diferentes, estávamos alinhados com os mesmos ideais. Muitas vezes ouvimos de pessoas da base da Oposição, à época, que estavam querendo colaborar e aceitamos a colaboração.

Hoje, nós, da Oposição, estamos cumprindo o nosso dever para que a opinião pública de Minas Gerais e o telespectador da TV Assembléia saibam perfeitamente que não fazemos oposição ao Estado de Minas Gerais, não fazemos oposição à Mesa da Assembléia Legislativa. Fazemos oposição às ações do Governo, e não às pessoas do Governo.

Durante todo o ano, procuramos evitar críticas pessoais, a não ser quando essas ou a ação estivessem, intrínseca e extrínsecamente, ligadas à pessoa de qualquer representante de órgão ou do Governo Estadual.

Por isso é que estamos podendo atribuir à Oposição de hoje uma ação inteligente e construtiva. Assim foi quando alertamos para o fato de que a Assembléia estava assumindo obrigações que deveriam ser do Poder Executivo. Procuramos alertar: o Poder Executivo estava se afastando das suas atribuições, permitindo ou obrigando que a Assembléia Legislativa assumisse medidas impopulares e pouco convincentes. Com isso, a Oposição passou a ser tachada de intransigente. Mas não foi assim.

Há quase 15 dias, estamos a lamentar a pressa que o Governo tem em aprovar projetos em final de exercício. Essa não é uma prática apenas deste Governo, é uma prática de governo. É diferente. A Assembléia Legislativa tem de assumir o seu papel e exigir dos governantes que, no próximo ano, matérias importantes, relevantes, que possam promover mudanças ou envolvam o interesse direto da sociedade, do povo venham para esta Casa com o prazo necessário para que seja possível uma melhor avaliação.

Ontem, depois de quase duas semanas de luta, nós, Deputados do PFL, do PSDB, do PSN e até alguns da base do Governo, procuramos mostrar à sociedade que o Projeto de Lei nº 705/99, de fato, era contrário aos interesses do povo, era contrário ao interesse da Assembléia Legislativa, era contrário até ao interesse de Minas Gerais. Só era favorável ao Governo. Mas ele é apenas um dos três elementos do Estado, que é formado pelo território, pelo povo e pelo governo. O território e o povo estavam sendo penalizados por aquele projeto de lei. Por isso, nós, da Oposição, procuramos alertar a sociedade.

Quero ressaltar a determinação do Deputado Paulo Piau, sua presença de espírito, perspicácia e visão do momento. Política também se faz com a visão do momento, do tempo certo. Com essa visão, ele solicitou verificação de votação, permitindo que a Assembléia Legislativa tivesse mais tempo para reflexão. E, na oportunidade, V. Exa. teve uma atitude de grandeza, ao reexaminar a fita e perceber que, mesmo tendo havido uma declaração de voto favorável de alguém, era necessário permitir que fosse ouvido o Deputado Paulo Piau -

que, a exemplo de todos nós, é representante do povo de Minas Gerais. Era necessário que fosse ouvida a sua voz, e isso permitiu, Sr. Presidente e Srs. Deputados, que aquela votação, de fato, fosse tornada sem efeito, o que nos deu mais 3 horas de reflexão.

Foram mais 180 minutos de reflexão e o suficiente para V. Exa. e para os Deputados que haviam votado favoravelmente a esse projeto - que denominamos, inicialmente, "Boeing 705", mas que, depois, achando pouco, entendemos que se havia transformado em um navio de guerra. Portanto, diria que aquelas 3 horas, aqueles 180 minutos foram o suficiente para que a Assembléia Legislativa refletisse; foi o tempo necessário.

Neste instante, quero parabenizar o Deputado Paulo Piau, não só por ser meu colega de partido, mas também por ter tido o aval das Bancadas do PSDB e do PSN e o meu para insistir naquele pedido de verificação, que foi fundamental para que a Assembléia refletisse. E o Presidente da Casa, em uma atitude corajosa e digna de elogio, que faço agora - da mesma maneira que fiz críticas antes, tenho, agora, a coragem cívica de elogiar -, não mais incluiu em ordem do dia esse projeto, que já estava em sua redação final. E o fato de não tê-lo incluído está permitindo à sociedade mineira respirar aliviada e sentir que neste Poder, pela atuação firme e determinada da Oposição e pela sensibilidade da base de apoio do Governo, há momentos em que os pontos de vista convergem para um mesmo ponto, que as idéias se aproximam e que a sociedade é defendida, de fato, por este Poder, que é o Poder moderador. Portanto, aproveitando esta oportunidade, quero fazer este registro e reiterar, de público, que a intervenção do Deputado Paulo Piau não foi só regimental, mas profética; foi uma visão profética de que a Assembléia precisava de mais algumas horas, de mais alguns minutos, para refletir e se curvar à realidade e evitar que esse projeto de lei fosse aqui aprovado, ficando, a partir daí, à mercê do Governador, sancioná-lo ou não. Imaginem V. Exas. da base de apoio se o projeto fosse aprovado e o Governador o vetasse - nesse caso, ficaria a Assembléia Legislativa exposta ao desgaste e à execução pública por um ato que, de fato, foi induzida a praticar.

É para isto, Sr. Presidente e Srs. Deputados, que a discussão de qualquer projeto é importante: para permitir a reflexão e evitar que votações atabalhoadas ou apressadas, que determinações de votos a toque de caixa se transformem em uma guilhotina armada sobre a cabeça deste Poder. É por essa razão que estamos e sempre estaremos aqui, lutando, batalhando e procurando conscientizar a todos.

Por último, quero fazer um registro de agradecimento e lembrar a todos que o meu partido é um partido político. E ser um partido político consiste em reconhecer posições divergentes dentro de si mesmo ou em relação a outras legendas. O PFL tem, em seus quadros, sete parlamentares na Casa. Reconhecemos a posição adotada pelos Deputados Rêmolo Aloise e Eduardo Hermeto; todavia, quero dizer aqui que o Deputado Rêmolo Aloise esteve, de fato, na bancada e comunicou sua posição, que todos entendemos. Queremos lembrar aqui que o partido político nem sempre obriga que todos pensem da mesma maneira. O partido político, em sua essência, consiste em respeitar os pontos de vista, que, embora divergentes, sabemos entender.

Estamos, por outro lado, reconhecendo a posição do Deputado, elogiando sua atitude de humildade e de grandeza, de ter ido à bancada comunicar sua decisão de aceitar ser Vice-Líder do Governo. Mas, por outro lado, estamos aqui, cumprindo nossa trajetória, nossa rota, aquilo que nossa consciência cívica determina, o que continuaremos a fazer com determinação, obstinação e com a certeza de que agindo assim, estamos contribuindo, de fato, para o progresso e para o desenvolvimento de Minas Gerais. É por essa razão que encerrarei minha participação registrando uma vez mais meus cumprimentos ao Deputado Paulo Piau por pedir verificação de votação, e resalto também o espírito público do Presidente da Casa de verificar a fita e constatar que o Deputado Paulo Piau não só fez o pedido no tempo certo, como também o fez de forma determinada porque essa era a vontade da Oposição. Naquele momento, a atitude do Deputado Paulo Piau era a síntese do pensamento de todos nós que queríamos um pouco mais de tempo para que a Assembléia Legislativa, como um todo, pensasse, repensasse, refletisse e praticasse o ato de grandeza que praticou, tirando da pauta de votação a redação final do Projeto de Lei nº 705/99. Assim foi feito, e tenho a certeza de que o Estado, como já disse e repito, que é composto pelo território, pelo Governo independente e pelo povo, principalmente, esse terceiro elemento, que é o povo de Minas Gerais, saiu ganhando. Ganhou, nutriu sua alma de esperança, porque sabe que pode confiar nos seus representantes.

Ao terminar, quero desejar a todos um feliz Natal, um próspero Ano-Novo e que em 2000 possamos viver com paz, prosperidade e sem taxas.

O Sr. Presidente - Com a palavra, para discutir o projeto, o Deputado João Leite.

O Deputado João Leite - Sr. Presidente, Srs. Deputados, público presente, pessoal da imprensa, telespectadores da TV Assembléia, gostaria também, como fizeram os outros que ocuparam esta tribuna, de dizer da minha satisfação em relação a essa vitória da Assembléia Legislativa com a retirada de pauta de votação final do projeto de Lei nº 705/99. Creio que é uma demonstração de independência da Assembléia Legislativa. Penso que é uma grande vitória da população de Minas Gerais que não tem de pagar essas taxas.

A expectativa que tenho para o próximo ano é que a Assembléia Legislativa estude as diversas legislações que precisam ser modernizadas no Estado de Minas Gerais. Não tenho dúvida de que o grande desafio da Assembléia Legislativa é modernizar a administração, que tem de ser controlada. Já temos 70 taxas de segurança pública. Precisamos controlar essas taxas. A utilização dos recursos é que tem de ser controlada. Tem de haver controle das isenções de taxas para impedir que haja corrupção. É esta a contribuição que a Assembléia Legislativa deve dar ao Poder Executivo.

Gostaria também de elogiar o trabalho feito pela Comissão de Fiscalização Financeira. Esperávamos que não existisse suplementação, mas sei que foi buscado um acordo, que será de 5%. Penso que é até muito. Não esperamos de um Governo que planeja, que ele tenha de ter uma suplementação de 10% para cumprir os seus compromissos. Entendemos que, se fosse necessária suplementação, com problemas que podem ocorrer no futuro, a Assembléia Legislativa não fugiria da sua responsabilidade de fazê-la. Quero elogiar os Deputados que buscaram esse acordo. Quero também, neste final, desejar aos meus companheiros e companheiras Deputados um feliz 2000, um feliz Natal com suas famílias, que esse recesso seja, realmente, um tempo de descanso para todos, para o desafio que se apresenta para todos nós na Assembléia no próximo ano.

Quero parabenizar meus companheiros de Oposição, parabenizar o Deputado Paulo Piau, pela ação pronta de ontem, pela manhã, que fez com que se mudasse a situação do Projeto de Lei nº 705. Espero que, no próximo ano, esta Casa possa estar se fortalecendo e construindo ainda mais a sua independência. Quero também agradecer à assessoria da Assembléia o apoio que tem dado a todos os Deputados, ao trabalho em Plenário, ao trabalho nas Comissões. Quero desejar também a todos os funcionários da Assembléia, a toda a assessoria um Feliz Natal e um ano repleto de alegrias e de realizações. Muito obrigado e parabéns a todos.

O Sr. Presidente - Com a palavra, para discutir o projeto, o Deputado Mauro Lobo.

O Deputado Mauro Lobo - Sr. Presidente, Srs. Deputados, apenas gostaríamos de tecer alguns comentários sobre o Projeto de Lei nº 581, que trata do orçamento do Estado. Acho que esta Casa demonstrou capacidade de negociação e de entendimento entre seus vários componentes, olhando não só algum interesse regional de um parlamentar, mas, notadamente, os interesses maiores de Minas, inclusive, considerando que a população já havia se manifestado através das audiências públicas, através do orçamento participativo.

Acreditamos que estamos dando ao Governo do Estado as condições, através do orçamento, de governabilidade. Discutimos, amplamente, todos os itens do orçamento para chegarmos a essa proposta, a ser submetida ao Plenário. Acreditamos também que a suplementação de 5% que estamos propondo atende ao Governo sem engessá-lo, notadamente, após a própria declaração do Secretário do Planejamento. Pela primeira vez, o Governo do Estado está mandando um orçamento realista. Acreditamos que, dessa forma, estaríamos atendendo às necessidades do Governo e demonstrando que esta Casa tem competência para discutir o orçamento, entendê-lo, aperfeiçoá-lo e apresentar uma proposta adequada ao momento, às necessidades do Governo.

Gostaríamos também, neste momento em que estamos prestes a encerrar nossos trabalhos legislativos deste ano, de tecer um comentário. Primeiro, no decorrer deste ano, principalmente considerando os companheiros que tiveram o início da carreira parlamentar agora, em 1999, acreditamos que houve, no decorrer do ano, um crescimento do Poder Legislativo. O início foi notadamente mais árduo, porque não conhecíamos todos os companheiros ainda.

Até que eles adquiram o conhecimento do processo legislativo, dos diversos serviços de que dispõe a Casa, do trabalho das comissões temáticas, leva um tempo. Há um processo natural de amadurecimento.

Esta semana, a Casa demonstrou que é um Poder. Ao perceber que estava sendo objeto de jogo, ela se insurgiu e reagiu. Isso foi possível graças não só à atuação firme da Oposição em relação ao Projeto de Lei nº 705, que, entre outras, criava a "narcotaxa", mas também à reação da sociedade e da imprensa mineira, que se posicionaram contra a criação de taxas injustificáveis.

Em boa hora, esta Casa entendeu que deveria se mostrar sensível aos clamores do povo mineiro, e a atitude firme do Presidente em corrigir uma grave distorção que levava à Casa a ser submissa corou nosso intento.

Agradeço aos companheiros que, mesmo com opiniões diferentes, convergiram para um convívio harmonioso e respeitoso. Essa deve ser a posição do parlamento. Agradeço aos assessores, sobretudo aos que estão nos atendendo no dia-a-dia na mesa, pelo seu profissionalismo e dedicação ao trabalho; aos assessores das comissões técnicas, que, cada vez mais, demonstram sua competência e o gosto pelo trabalho que exercem; a todos os funcionários que têm contribuído para que esta Casa cumpra seu papel, e, principalmente, à imprensa, que tem nos assistido, advertido e aprovado nossas ações, quando são as buscadas pela sociedade mineira. Desejo a todos um Natal tranquilo, cheio de alegria, e um Ano Novo pleno não só de esperanças, mas, sobretudo, de muitas realizações.

O Sr. Presidente - Com a palavra, para discutir o projeto, o Deputado Alberto Pinto Coelho.

O Deputado Alberto Pinto Coelho - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, inicio meu encaminhamento, enaltecendo o trabalho que foi feito pela Comissão de Fiscalização Financeira e pelos relatores e sub-relatores da proposta orçamentária.

Ocupo esta tribuna para dizer que estou Líder do Governo, mas sou parlamentar, no mínimo até 2002, e tenho a certeza de que o processo democrático ganha com o crescimento dos três Poderes e com o entendimento e a harmonia entre eles.

Na Comissão, tive a oportunidade de debater a suplementação.

Ouvi atentamente os Deputados que me precederam nesta tribuna, advogando um discurso de valorização do Poder.

Quero, nesta oportunidade, dizer ao nobre Deputado Miguel Martini, Presidente da UNALE, que eu, como os demais parlamentares desta Casa, temos a satisfação de vê-lo à frente da entidade que nos representa, e queremos continuar a apoiá-lo nesse trabalho, em busca da valorização do Poder Legislativo.

Por outro lado, quero ressaltar que farei coro com este parlamento, enaltecendo o trabalho do nobre parlamentar, na medida em que a UNALE defenda, de maneira ampla, as causas nobres, debatidas fundamentalmente com cada parlamento, com cada integrante de parlamento. Não posso concordar com temas que sejam colocados pela UNALE, sem um debate, porque não representam o interesse da classe.

O Deputado Miguel Martini (em parte) - Deputado Alberto Pinto Coelho, estou acompanhando o que V. Exa. está dizendo, mas V. Exa. pode ter a certeza de que a UNALE sempre tem o cuidado de defender bandeiras que sejam consenso entre os parlamentares e entre os parlamentos.

Quero dizer a V. Exa. que o orçamento tem sido discutido e debatido pela UNALE. O enfoque dado é que na cultura reinante sempre o Poder Legislativo abriu mão de muitas das suas prerrogativas, principalmente no que se refere à questão orçamentária.

Queremos trabalhar uma cultura, na qual haja uma sintonia entre o Poder Executivo e o Poder Legislativo. O parlamento, ao votar o orçamento, deve fazê-lo de maneira consciente. Essa questão está sendo discutida em todo o Brasil, buscando dar governabilidade ao Governador.

Temos de elogiar o Governador Itamar Franco quando disse que não é competência dos Deputados distribuir verbas de subvenção social. Ele cortou essas verbas de subvenção social, que estavam aprovadas no orçamento. O Governador não pagou, e eu, Deputado Miguel Martini, achei ótimo, porque aí os Deputados podem reivindicar as suas prerrogativas. Qual é a prerrogativa? Quem define quanto e onde o Governador vai gastar é o Poder Legislativo que vota a lei, para o Governador e a sua equipe executarem.

Que cultura queremos modificar? Sempre foi dado ao Poder Executivo absoluta e total autonomia na execução orçamentária. Quando falamos de suplementação, falamos de 10% que o Governador estava querendo ...

O Deputado Alberto Pinto Coelho - Deputado Miguel Martini, concedi prazerosamente o aparte, para que V. Exa. possa fazer considerações, e não entrar no mérito das propostas.

O Deputado Miguel Martini - Quis dizer que a UNALE está procurando o fortalecimento do Poder Legislativo. Está para ser votado no Congresso Nacional, na convocação extraordinária, a modificação do texto constitucional que dava o mesmo tratamento para os Desembargadores e Deputados Estaduais. Agora está sendo diferenciado. Os Desembargadores terão uma preferência no tratamento, em detrimento dos Deputados Estaduais. A UNALE está brigando contra isso.

Nós somos três Poderes e devemos trabalhar por essa harmonia, mas também pela independência. Outra questão que estamos tratando especificamente em Minas Gerais não é mais relativa à UNALE; somos nós, Deputados da Assembléia de Minas.

O Deputado Alberto Pinto Coelho - É porque, na discussão, foi citada a postura da UNALE sobre a questão do orçamento de Minas.

O Deputado Durval Ângelo (em aparte) - Considero, nobre Líder do Governo nesta Casa, Alberto Pinto Coelho, pertinentes as considerações de V. Exa., porque elas exploram uma contradição fundamental que foi travada nessa discussão do orçamento de Minas Gerais para o ano 2000. Conforme V. Exa. bem lembrou, toda justificativa, até para a emenda inicial do nobre Deputado Miguel Martini, Presidente da UNALE, de 0% - porque essa era a sua proposta -, toda discussão foi a de que essa seria a posição da UNALE, para fortalecer o Poder Legislativo. Ao mesmo tempo, toda a sua justificativa, no seu direito democrático de Oposição ao Governador Itamar Franco, era no sentido do resgate da posição da entidade em relação a essa mesma autonomia. Acho uma grande contradição, porque o nobre colega Deputado que me antecedeu no aparte é Presidente da entidade há três anos, e teve oportunidade, no ano retrasado ou no ano passado, de ter defendido aqui a mesma questão. Isso é triste, e eu não me considero representado pela UNALE. Essa é a minha posição pessoal, e vou formalizá-la em nível da própria tesouraria desta Casa, porque esperava no mínimo coerência. Coerência é muito importante neste momento. Ninguém está pedindo nenhum absurdo. A Bancada do PT, nos últimos quatro anos, sempre defendeu a suplementação de 10%, e éramos Oposição e considerados uma Oposição cega, radical, extremista. Mas mantivemos a coerência e entendemos que a proposta do Governo nos atendia. E esta Casa aprovou, em 1995, uma suplementação de 40%. E a média dos outros anos foi de 10%, e a real seria de 8,5% a 9,5%, mais ou menos.

Entendo que essa é uma questão pertinente. E diria mais, as intervenções de V. Exa. são proféticas, porque exploram uma contradição fundamental nesse debate do orçamento.

O Deputado Edson Rezende (em aparte) - Acho que, nessa questão, o que tem de ser dito é o seguinte: qual é a posição de bom-senso? Esta Casa quer engessar o Governo ou quer lhe dar um espaço para que ele possa mobilizar os recursos?

Quero fazer uma comparação. Uma empresa que fez o seu planejamento para o ano 2000, uma construtora, por exemplo - e até temos aqui pessoas que lidam com isso -, por acaso engessou o que foi planejado, do ponto de vista da mobilização dos seus recursos? Quer dizer, eles fizeram um planejamento presumido para o ano 2000, de acordo com determinados referenciais e determinada experiência, é claro.

E a autonomia desta Casa se faz presente, sim, quando dá ao Governador uma mobilidade para gerir os recursos, para administrar o Estado, para o bem do povo mineiro. Do contrário, o Governador do Estado não estará com a mobilidade necessária para trabalhar o orçamento do ano 2000, a fim de atender às necessidades, às mazelas e às urgências. Por quê? Porque as questões econômicas do País não tramitam de forma linear. Por quê? Porque os problemas que surgem em um ano qualquer não tramitam de forma linear e não ocorrem de forma linear, porque a vida não é linear, porque não somos lineares. Ora, se se praticou um orçamento durante anos a fio de 10% e está sendo proposto agora um orçamento de 8%, diminuindo-se 1/5 do que era praticado anteriormente, acho que a proposta é muito razoável e necessária. Não é preciso ser Oposição para dizer que isso vai

engessar o Governador, porque não estará fazendo isso. Estará, sim, engessando as ações do Governador em prol de Minas Gerais e dos mineiros.

Então, se saímos de uma proposta de 10%, praticada há anos, para uma de 8%, acho muito razoável. Mesmo porque é necessário analisar essa experiência com os 8% para ver se, para 2001, podemos propor, quem sabe, um índice menor. Temos que trabalhar dentro do bom-senso e da experiência acumulada ao longo dos anos. Não podemos estar aqui para engessar o Governador e para prejudicar o povo mineiro. Em absoluto. Portanto, essa discussão e a proposta do Governo de negociar para diminuir, já é uma sinalização de boa-vontade. Se acontecesse o contrário, ele diria que não; que queria os 10% e bateria o pé. Mas não tem sido essa a posição do Governo do Estado.

Portanto, acho que esta Casa precisa ter bom-senso. Estão diminuindo sim, em 1/5. Isso não é pouco dentro do orçamento. Se de 10, passou para 8, a diminuição foi de 1/5. Acho esse valor extremamente razoável para a experiência do ano 2000. Mas, caso se queira fazer uma discussão para 2001, ela deve ser feita em outro momento, verificando-se, na prática, o que foi a possibilidade de suplementação de 8% do orçamento.

O Deputado João Batista de Oliveira (em aparte) - Deputado Alberto Pinto Coelho, gostaria de trazer minha solidariedade em relação a isso. Entendo que 20% de redução é uma experiência muito nova e que será difícil de administrar. Gostaria que essa redução, no futuro, caísse para 6% ou para 4%. Quem sabe, no futuro, não poderíamos chegar a zero, adquirindo exatamente a cultura do orçamento nesse sentido que, até agora, indica 10%. Quero também dizer que não sou um associado da UNALE. Já fui, mas pedi a minha desfiliação, depois de analisar a entidade. Não há nada de pessoal contra o Presidente da UNALE, mas o que vemos na representação dos parlamentares pelo Brasil afóra é que grande parte dos congressos é apenas turismo disfarçado de congresso. Por isso, para não estar ligado a esse tipo de coisas, pedi o meu desligamento, porque achei que a UNALE não estaria me representando da maneira como eu esperava. Mesmo porque essa proposta do orçamento é política e até partidária.

Então, acho que a UNALE não pode engessar e não gostaria de partir para críticas, uma vez que não sou associado. Sou o único Deputado que pediu formalmente o desligamento. Mas gostaria de lamentar que a UNALE tenha exacerbado. Recentemente, houve um convênio do IPLEMG para o qual não pude me habilitar por não ser filiado à UNALE. A Constituição não me obriga a ser associado a nenhuma entidade. Pelo contrário. Ela me dá liberdade para me associar, ou não. No entanto, indiretamente, acabei sendo punido e não pude me habilitar a um convênio para o qual era necessária a filiação à UNALE.

Portanto, apresento minha solidariedade a V. Exa. com relação a isso, considerando que 8% é uma grande e revolucionária redução.

O Deputado Alberto Pinto Coelho - Concederei o aparte ao Deputado Miguel Martini no momento oportuno. Quero apenas concluir o meu raciocínio. Sei que o senhor está um pouco impaciente, mas a paciência também é uma virtude.

No momento certo darei, prazerosamente, a palavra ao Presidente da UNALE.

Gostaria de me ater ao tema propriamente dito das propostas que aqui estão. A história nos ensina muito. Tenho dados históricos do orçamento de 1949, quando vivíamos num regime democrático pleno. O Governador do Estado de Minas Gerais era ninguém menos do que o Dr. Milton Campos. Naquela oportunidade, estudos feitos por técnicos mostraram que a inflação, conforme dados do IGPDI, no ano, acumulado, era de 12,28%, enquanto que neste ano viveremos essa inflação acumulada de 18,53%. Consta no orçamento do Estado aprovado pela Assembléia Legislativa uma suplementação de 10%.

Agora, vamos nos ater aos dados históricos mais recentes que mostram que temos que ter a fundamentação da proposta de maneira não aleatória. O desejo de chegar a zero é de todos nós, a começar deste parlamentar; não posso é comungar com a idéia de uma proposta que começa com zero, vai para três e, depois, de maneira benevolente, diz que o limite chega a cinco. Isso, com base em que? A proposta do Governo, de 10%, que veio para cá tem razão de ser. Ela está fundamentada, e o Governo flexibiliza, com o argumento de que deseja acertar mais o orçamento; fazer um orçamento cada vez mais realista para que deixe de ser uma peça de ficção. Este parlamento, quando aprova um orçamento, está fazendo um trabalho construtivo para a sociedade. Tenho em mãos dados que demonstram o que aconteceu nos últimos cinco anos. Em 1995 foi solicitada e aprovada uma suplementação de 25%. Já estávamos sob a égide do Plano Real, da economia estável. Os mesmos que estão, hoje, defendendo que seja 5%, aprovaram, como eu aprovei, os 25%. Foi um ano atípico em razão de compromisso da dívida mobiliária. Veio uma solicitação e foi aprovada e sancionada uma lei que limitou os créditos suplementares, que passaram de 25% para 40% e se realizaram em 39,35%, assegurando o acerto naquilo que ficou definido. No ano de 1996 ficaram definidos 15% no orçamento e realizaram-se 9,68%. Ou seja, o Governo pediu 15% para ter uma folga, mas realizou 9,68%.

Em 1997, caímos para o patamar de 10%, o que já representa uma evolução. Em 1997, realizaram-se 8,27%. Em 1998, voltamos a aprovar a proposta de 10%, e realizaram-se 8,94%. Este ano, dados que disponho até 20 de dezembro mostram que o orçamento prevê 10% e vai ser realizado um pouco acima de 8%. Ora, não estamos numa linha de que não temos de aprovar aquilo que vai dar ao Executivo uma folga para ele trabalhar sem dependendo da participação do Poder Legislativo. Não queremos isso e não estamos propondo isso. A proposta inicial do Governo foi de 10%, e, num apelo da bancada governista, mostrando que tínhamos de avançar, que tínhamos de evoluir, o Governo concordou em deixar cair para 8%. E como ressaltou o Edson Rezende, é um grande avanço. É diminuir 20% em cima de um orçamento. Por mais que se diga que seja realista, todos sabemos que em todo orçamento as despesas são certas, mas as receitas sempre têm uma parte de dúvida, por mais que projetemos, por mais que fixemos critérios.

Temos de buscar, cada vez mais, esse quadro de realidade. Esse é o compromisso do Governo Itamar Franco, segundo Manoel Costa, Secretário do Planejamento. O Governo, atendendo a esse apelo da necessidade do avanço, propõe 8%. Faço aqui um apelo a este Plenário, para que avancemos na linha do quadro da realidade, pois isso é importante para o Estado de Minas Gerais.

A Deputada Maria Tereza Lara (em aparte) - Sr. Presidente, colegas Deputados, nobre Líder do Governo, Secretário do Planejamento, Deputado Manoel Costa, quero cumprimentar o Deputado Alberto Pinto Coelho e me solidarizar com sua fala e defender os 8%. Como V. Exa. bem disse, queremos chegar a um patamar, não de digo de zero, mas de 2%, 3%. Para isso, é preciso mudar a cultura política do País. Quando criarmos essa outra cultura, poderemos chegar lá. Neste momento, pela experiência que tivemos como Vereadora de Betim e governista por dois mandatos, vimos que os parlamentos têm de ter uma independência do Executivo, mas também precisam colaborar com ele.

Confiando no Governador Itamar Franco e em sua equipe é que poderemos esperar que esses recursos serão bem usados, com honestidade, como temos visto em muitos e muitos fatos ocorridos. Queremos dizer que é importante aprovarmos os 8%. Durante todo esse período, sempre defendemos o controle social das políticas públicas. É preciso que esta Casa não só aprove os 8%, mas que também continue, como tem feito através das comissões temáticas, acompanhando o processo, para sugerir, para questionar, para apoiar. Defendemos que haja esse acompanhamento, porque não é preciso simplesmente a "fiscalização". É nosso dever, como parlamentares, prestar contas ao povo mineiro dos recursos públicos. Somos co-responsáveis com o Governo, sobretudo a base governista. Temos de continuar tendo esse espírito de independência e de apoio a tudo aquilo que contribui para o bem-estar do povo mineiro.

Quero afirmar, de público, para todos os telespectadores da TV Assembléia, que é uma maneira de estar contribuindo para que o Governo possa trabalhar com tranquilidade para o bem do povo mineiro. Quero também elogiar esta Casa em relação ao projeto das taxas, ela mostrou que tem independência e sabe pensar e repensar. À medida que o povo mineiro se manifestou, houve sensibilidade dos Deputados desta Casa, que suspenderam a votação desse projeto. Embora tenhamos votado contra a emenda, queremos elogiar os Deputados e a Mesa, que, sensíveis a esses questionamentos e às necessidades do povo mineiro, souberam repensar o assunto. O verdadeiro político não é inflexível, mas aquele que sabe propor e repensar em prol do bem maior. Quero, mais uma vez, dizer-lhe, Deputado, que conte com o nosso apoio. Essa é uma atitude de maturidade política. Não queremos simplesmente engessar o Governo, mas lhe dar condições para que ele possa trabalhar para o bem do povo mineiro. Queremos estar acompanhando a aplicação do orçamento.

Quero dizer ao Secretário Manoel Costa que a experiência do orçamento participativo, mesmo com todas as dificuldades, mesmo que não tenha havido recursos predefinidos, foi um grande passo. A proposta do PT foi acatada por este Governo, através da Secretaria do Planejamento, de V. Exa., Deputado Manoel Costa, do Secretário Adjunto, Milton Tavares. Pudemos registrar experiências extremamente gratificantes, quando as lideranças de cada região puderam conhecer de perto a máquina administrativa. Continuando esse processo, que é o primeiro passo, poderemos aperfeiçoar essa maneira de elaboração, ouvindo o povo, praticando a democracia direta.

Queremos continuar sendo parceiros e agradecer essa abertura. Não devemos parar por aí. Que os próximos orçamentos participativos possam caminhar mais e dar oportunidade de definição clara dos recursos para cada região. Que o povo possa definir porque o povo sabe o que pode ajudar a maioria da população, sobretudo os trabalhadores e os excluídos. Muito obrigado.

O Deputado Alberto Pinto Coelho - Agradeço a intervenção da nobre Deputada Maria Tereza Lara.

Ao encerrar as minhas palavras, queria aproveitar para agradecer aos companheiros da bancada governista, destacando aqui os Vice-Líderes de Governo que tanto nos ajudaram nessa árdua missão, os Deputados Rêmoló Aloise, Eduardo Hermeto - que esteve como Vice-Líder quase que durante todo o ano -, a Deputada Maria José Hauelsen, os nobres Líderes da Oposição, enfim, a todos os parlamentares, à Mesa. Se em algum momento vacilamos quanto ao resultado dos trabalhos do Legislativo neste ano, hoje podemos sair daqui com a cabeça erguida, com a certeza de que o trabalho do parlamento neste ano foi muito profícuo, muito produtivo e contribuiu, sem sombra de dúvida, para o avanço do Executivo nas suas finanças, principalmente, para assegurar o desenvolvimento de Minas Gerais.

Não poderia deixar de ressaltar o trabalho do corpo técnico desta Casa, desprovido de qualquer coloração política, mas sempre visando à valorização deste Poder. Fica aqui o meu abraço, desejando a todos um feliz Natal e que, no ano 2000, possamos estar aqui de novo, num convívio fraterno, repetindo o mesmo trabalho que realizamos neste ano. Muito obrigado. Com a palavra, o Deputado Carlos Pimenta.

O Deputado Carlos Pimenta (em aparte) - Agradeço o aparte a V. Exa. Primeiramente, gostaria de cumprimentar o Secretário Manoel Costa, ex-Deputado Federal, majoritário na cidade de Montes Claros, num passado bem recente, e dizer a V. Exa. que esse espírito que hoje toma conta do Plenário da Assembléia Legislativa, do Poder Legislativo, reflete, na verdade, uma posição muito firme do Deputados. V. Exa. teve a importante missão de ser o Líder do Governo. A escolha não poderia ter sido melhor porque foi um ano difícil para todos nós. Foi um ano de muitas posições políticas. Se não tivéssemos a maturidade suficiente, o desprendimento, a vontade de poder parar, escutar e, principalmente, ouvir os companheiros, possivelmente não terminaríamos o ano muito bem. Pelo contrário, a Assembléia soube dar a demonstração de muita maturidade.

Estamos votando hoje praticamente o último projeto de lei, que é o nosso orçamento. Para nós, isso é motivo de muita vaidade porque em 1998 não tivemos o privilégio de poder votar o orçamento deste ano, estamos trabalhando com o orçamento de 1997, que foi praticado em 1998.

Gostaríamos que o orçamento fosse analisado em função, principalmente, da sociedade mineira, do povo do Estado de Minas Gerais. Que ele realmente corrija as distorções, promovendo a equidade e a justiça social. É o que esperamos.

Temos algumas divergências ideológicas com o Governo Itamar Franco, mas nunca deixamos de reconhecer a postura do Governador, que é um homem experiente, correto e honesto - isso nunca foi questionado, aliás, isso não foi sequer levantado em Plenário.

Esperamos que o ano que vem seja mais tranquilo; que as ações administrativas tenham preferência sobre as ações políticas. Isso é muito importante para nós, porque este é um Estado problemático, com muita diversidade de regiões e de aplicação dos recursos. Então, esperamos que o orçamento realmente possa corrigir esse erro privilegiando as regiões que nunca tiveram uma assistência maior por parte dos Governos passados.

Acho que falar aqui em passado de Governo seria até mesmo uma incoerência. Estamos vivendo um momento de crescimento, e nada é estático no tempo; as coisas acontecem, e a política também tem de acompanhar a evolução - a evolução social, a evolução do País, a evolução mundial. Estamos vivendo com uma economia em que as coisas se entrelaçam - o que acontece do outro lado do mundo reflete-se, na mesma hora, em nosso País. Então, a coisa é complicada.

Além disso, o País tinha a expectativa de viver momentos muito difíceis, mas estamos encerrando o ano com muita estabilidade social. Talvez tenhamos que corrigir algumas injustiças sociais, mas estamos encerrando o ano com alguma estabilidade e gostaríamos que Minas Gerais acompanhasse tudo isso.

Por fim, quero cumprimentar o Deputado Alberto Pinto Coelho. Como Líder da Minoria, tive com V. Exa. um contato de perto, o que foi importante para nós. Tivemos de discutir várias coisas; de muitas discordamos, mas, na verdade, nosso denominador comum foi alcançado. Assim, quero parabenizá-lo e dizer que, tendo sido novamente indicado para a Liderança da Minoria no ano 2000, gostaríamos de ter esse mesmo relacionamento, essa mesma convivência, porque, mesmo com diferenças ideológicas e partidárias, temos de ter um só denominador, que é procurar fazer o melhor para nosso povo. Então, parabéns pelo seu trabalho.

Quero renovar também os meus cumprimentos a todos os colegas, desejando-lhes e às suas famílias um feliz Natal. Que 2000 seja o ano da estabilidade administrativa e o ano do povo mineiro. Muito obrigado.

O Deputado Alberto Pinto Coelho - Agradeço e retribuo as palavras do Deputado, dizendo que enriqueceu-me muito esse convívio e esse contato no embate das idéias e na busca da convergência com a Oposição nesta Casa.

Restam-me ainda 26 minutos, mas já concluí a minha fala e gostaria de ceder a palavra ao ilustre Deputado Miguel Martini, cumprindo, assim, o compromisso que fiz, de ceder-lhe o tempo que me restasse, caso ele quisesse, fazer uso da palavra.

O Deputado Miguel Martini (em aparte) - Quero agradecer ao Deputado Alberto Pinto Coelho. Vendo o Deputado Edson Rezende ao microfone, gostaria de aproveitar para pedir-lhe que diga como foi a conferência, em Recife, da UNALE. Já que ele foi o único Deputado da Assembléia de Minas a participar, poderia nos dizer se realmente foi um turismo que fomos fazer ali.

O Deputado Edson Rezende (em aparte) - Pelo menos para mim, aquele foi um momento importantíssimo, porque foi naquele espaço e naquele momento que conseguimos nos encontrar com vários parlamentares de todo o País. Ali foram colocados e discutidos, em mesas redondas e conferências, temas extremamente importantes. Para nós, foi enriquecedor, porque saímos de lá tendo aprendido, ou seja, com maior conhecimento do que quando entramos. Realmente é preciso haver uma mobilização maior dos Deputados, para participar mais efetivamente. A União dos Legislativos é um instrumento extremamente importante, que precisamos utilizar melhor. Esse é meu testemunho.

O Deputado Miguel Martini (em aparte) - Acho até pouco responsável que alguém que, não conhecendo determinada questão, sem acompanhá-la, lance acusações absurdas. Essas pessoas, não sendo nem filiadas à UNALE, deveriam ao menos respeitá-la. Já que não a conhecem, não deveriam fazer acusações levianas e irresponsáveis.

A UNALE discutiu no Brasil inteiro e também esteve na Comissão Especial do Congresso Nacional discutindo a reforma tributária. Está se discutindo a lei de responsabilidade fiscal. Criamos parlamentos regionais para discutir os problemas regionais, como os da Amazônia, do Sul e vamos lançar o do Nordeste. A UNALE tem trabalhado, e muito, para fortalecer a democracia, o federalismo e fortalecer o parlamento estadual.

Acho, no mínimo, irresponsável, alguém que não conheça, dizer que as conferências da UNALE são para fazer turismo. Para fazer turismo vamos para Cancun, para Paris ou para outros países, não viajamos pelo Brasil.

Primeiro, é preciso pelo menos conhecer. Em segundo lugar, não foi imposto fazer convênio com ninguém; à UNALE solicitou-se um serviço, e ela aceitou contribuir na solicitação que lhe foi feita.

Agora, se há dificuldade em votar o orçamento e querem uma justificativa, transferindo responsabilidades para a UNALE, usando de palavras pinçadas, não aceito isso. O que eu disse no meu discurso, volto a dizer aqui: enquanto eu for o Deputado Estadual Miguel Martini, não o Presidente da UNALE, participando ou não dessa entidade, trabalharei pelo respeito e pelo fortalecimento do Poder Legislativo. Enquanto Presidente da UNALE, vou também defender, agora até por uma razão maior, o Poder Legislativo.

O que eu disse é que os Legislativos no Brasil inteiro estão repensando a questão do orçamento, da Lei de Diretrizes Orçamentárias, coisa que nunca foi feita antes. De modo geral, vota-se o orçamento sem sequer ler nem saber seu conteúdo. Por exemplo, está aqui o Secretário Manoel Costa, que disse que esse orçamento é realista. Não vou encaminhar agora os destaques, só quero dizer que houve um erro de classificação contábil. São essas coisas que o parlamento tem de ver para corrigir. Não estamos querendo aqui engessar o Governo

coisa nenhuma. Estava dizendo isso agora para o Secretário.

A folha de pagamento, que é de R\$6.398.000.000,00, não entra na suplementação. Pode-se ter suplementação com folha de pagamento do jeito que se quiser. Estamos dando mais 5%, que perfazem R\$700.000.000,00 e o total de R\$7.098.000.000,00 que o Poder Executivo pode suplementar independentemente do Poder Legislativo. Esse valor é 50% do orçamento.

Qual é o problema se esse planejamento não sair como se esperava do Governador? Qual é o medo que se tem de o Governador ter de mandar um projeto de lei para cá pedindo suplementação? Esta Casa está dando para o Governador até aquilo que ele não pediu.

O Governador, pelo o que está parecendo, nem queria aquelas famigeradas taxas, que disse até que ia vetar. Pelos corredores ouvimos que ele nem as queria. A Casa está dando o que o Governador nem pediu. Qual é o problema? Nós demos anistia fiscal, concedemos o empréstimo na CEMIG, pois tudo que o mestre mandar, aqui faremos. É assim que tem agido esta Casa: o Governador pediu, a Assembléia dá. Aqui, o Executivo tem ampla e absoluta maioria. É clara a base de apoio com 56 Deputados.

Estamos querendo dizer que está bem: foram pedidos 10%, estamos dando 5%. A reserva de contingência está definida na LDO. São R\$70.000.000,00, não é mais do que isso.

Serviço da dívida só pode melhorar porque hoje a dívida está pesada para o Estado. Toda a negociação só pode melhorar, quer dizer, pagar menos. A inflação está prevista. A meta inflacionária é de 6% e pode chegar, no máximo, a 8%. Precatório tem de estar previsível até junho deste ano para entrar no orçamento do ano que vem. Então, o que estamos dizendo é que o Poder Legislativo tem essa prerrogativa de definir, isso de acordo com a proposta que veio, achamos que deve ser outra, mas não é para engessar. Se quiséssemos zero, está bem. Se fôssemos defender e aprovar zero, está bem, era uma posição de Oposição. Mas agora não. Concordamos com 5%, R\$700.000.000,00. Não onera esse percentual a folha de pagamento, R\$6.398.000.000. Total de R\$7.098.000.000,00. Sobre isso o Governo faz do jeito que ele quer. Então, o que estamos querendo? Fazer uma defesa do razoável. Se achar que foi muito, que o Governo vai precisar logo de suplementação, está bem, é um sintoma de que foi excessivo o remédio. Manda-se uma proposta de pedido de suplementação e já se faz a correção nessa primeira proposta. Agora, qual é o problema? Que fantasma, que monstro é esse que se está criando de o Governo não querer mandar um pedido de suplementação para a Assembléia Legislativa? Não é possível. Eu não entendo esse discurso. É bom que o Secretário do Planejamento esteja aqui para dizer. Não queremos engessar. Queremos o razoável.

Alguém já havia me dito que 5% era bom, que tinha conversado no Governo e que esse valor era bom. Então, primeiro, não é falar que esse discurso é da UNALE. Quem está aqui não é o Presidente da UNALE, é o Deputado Miguel Martini, eleito para legislar na Assembléia Legislativa de Minas Gerais. Isso é agredir alguém? Eu não sei por quê. Eu não vejo dessa maneira: tentar desviar aqueles que já não são filiados à UNALE. E, porque não o são, também não conhecem a UNALE. Tentar dizer que essa instituição está prestando um desserviço, que não serve ou que faz turismo é forçar demais a barra. Acho que é, no mínimo, não ser sincero, porque posso falar daquilo que conheço. Do que não conheço, eu posso suspeitar, mas não posso afirmar. Então, o que estamos querendo é que haja governabilidade, sim. O que estamos querendo é resgatar as prerrogativas do Poder Legislativo, sim. Por quê? Porque temos que sempre dar carta branca?

O Governador agiu muito bem. Acabou com a subvenção social, porque, segundo ele, não era prerrogativa do Poder Legislativo. Está bem, não pagou. Tudo certo. É direito dele fazer isso, pois é prerrogativa do Poder Executivo. Agora, é prerrogativa do Poder Legislativo definir em lei o que ele vai executar, algo que seja razoável. Qual é o grave problema? Deu tudo errado. O planejamento foi mal feito. Erramos muito. O Secretário vai dizer que erramos, que é um absurdo. Está bem. Manda um pedidinho de suplementação para cá e, antes de chegar aqui, ele já vai estar aprovado. Nesta Casa, a Oposição votou para a anistia, votou favorável ao empréstimo da CEMIG. Ora, ainda que a Oposição não quisesse votar, não faltam artifícios regimentais, não falta poder da base governista para aprovar. Então, queria dizer o seguinte: deveríamos nos debruçar sobre o orçamento, sobre essa matéria; não é misturar alhos com bugalhos.

O Deputado Rogério Correia (em aparte) - Não vou polemizar com V. Exa. neste momento. Já fizemos isso na Comissão do orçamento. O Líder do Governo, o Deputado Alberto Pinto Coelho, apresentou motivos que considero mais que razoáveis para que a suplementação chegue ao patamar de 8%, o que é histórico, pois jamais havia atingido níveis inferiores a 10%. Há, portanto, um rebaixamento do patamar que foi enviado pelo Governo, e há motivação histórica para isso, conforme o Líder do Governo demonstrou.

Respeito os argumentos de V. Exa., mas não os julgo razoáveis e muito menos coerentes com o que aconteceu até hoje nesta Casa e em outros parlamentos. Abaixar de 10% para 8% é um grande acontecimento que deveria estar, aliás, sendo comemorado por V. Exa., que batalha para que o Poder Legislativo tenha a sua função desvinculada do Poder Executivo, o que lhe garantiria liberdade de ação. É evidente que 8% não é o ideal. O ideal é 0%, mas 8% é um nível bem razoável.

O Deputado Miguel Martini (em aparte) - Vou comemorar se for 8%, mas vou ficar mais feliz se for 5%.

O Deputado Rogério Correia (em aparte) - Sim, mas um pouco abaixo de 10% já é bom, porque V. Exa. há de convir que o patamar nunca havia atingido índices abaixo de 10%. Foi sempre superior. Isso mostra que o próprio Governo entende que a independência tem que existir.

Na verdade, solicitei o aparte à V. Exa. para falar da introdução de um novo elemento no orçamento e que foi inaugurado também este ano. Trata-se do orçamento participativo.

O Deputado Miguel Martini (em aparte) - Permita-me, Deputado, fazer um reparo. As audiências públicas são uma prática desta Casa há muito tempo. Este ano, elas continuaram acontecendo.

O Deputado Rogério Correia (em aparte) - Respeito a prática das audiências públicas, o que considero um avanço. Aliás, sua aprovação na Constituição se deu com a ajuda da Bancada do PT de outros Deputados, inclusive V. Exa..

O orçamento participativo, no entanto, passou a ser uma visão de Governo, e não apenas do Legislativo. É muito importante que para a feita do orçamento, o Governo abra mão de fazê-lo em escritórios e gabinetes dos Secretários, e conte com a participação popular. Claro que há ainda avanços a colher no futuro. A experiência que tivemos em Belo Horizonte, em Betim, em administrações petistas e em outras que, depois do PT, procuraram viabilizar o orçamento participativo, demonstra que essa prática vai avançando ano a ano.

A grande vitória, além da diminuição da taxa de suplementação, é a adoção do orçamento participativo. Não apenas os parlamentares, mas a população passa a ter um instrumento de cobrança importantíssimo para que o orçamento se torne realidade.

Aproveito a presença do Secretário para parabenizar o Governo pela iniciativa do orçamento participativo, e, como bom petista, desde já cobrar que esse orçamento seja, de fato, feito e que possa avançar. Tenho certeza de que V. Exa., Deputado Miguel Martini, concorda comigo.

O Deputado Miguel Martini (em aparte) - O senhor tem todo o meu apoio.

O Deputado Edson Rezende (em aparte) - Os parlamentares desta Casa, muitos com experiência aqui, e outros, em Câmaras Municipais, têm grande desejo de que o orçamento não seja peça de ficção. Essa é uma luta de anos. Por outro lado, não podemos também dificultar a mobilidade do Governo.

É por isso, Deputado Miguel Martini, que a redução em 20% do que era, de dez para oito, numa cultura acumulada ao longo dos anos, é extremamente importante. Sinaliza muito esse nosso desejo.

Quero dizer, Deputado, que a interlocução e a interação nesta Casa vêm aumentando progressivamente. Foi comentário de vários parlamentares antigos desta Casa que este foi o ano em que as comissões mais se movimentaram pela interação das comunidades. Posso falar o quanto a comunidade esteve presente na Comissão de Saúde, que foi transformada em espaço do povo. Nós, membros da Comissão de Saúde, conseguimos interagir com a sociedade, colocando nossas cores partidárias sempre abaixo dos interesses da comunidade.

Conseguimos produzir um trabalho de interação com as comunidades e com o Executivo. Acreditamos que o trabalho do Legislativo não se esgota, quando se aprova a lei. O Legislativo deve acompanhar a implementação daquela lei e daqueles recursos.

Por isso, a intenção de diminuir de dez para cinco pode não ser o ideal agora, mas é o possível. No desenrolar da história, no próximo ano, estaremos discutindo o orçamento e a possibilidade de se reduzir de oito para sete. Mas tudo tem um teto. Ainda não sabemos qual será o teto. Temos de ter bom-senso. No próximo ano, estarei discutindo novamente a questão da suplementação num nível mais baixo. V. Exa. pode contar comigo, no próximo ano, como companheiro de luta e de embate.

O Deputado Miguel Martini (em aparte) - Acho que ninguém pode ser punido ou culpado por defender uma idéia. Alguém pode divergir de mim, mas não posso ser culpado por querer aprovar o orçamento com essa suplementação. Esta é uma casa democrática, o debate está aberto. Havia a assinatura de 39 Deputados. São 16 Deputados de Oposição, mas 39 Deputados assinaram querendo a suplementação zero.

A proposta da emenda apresentada inicialmente era de zero. Era uma emenda para dar um choque, mas não sou apenas eu que quero isso. Depois de tanta conversa, chegamos a 3% e a 5%.

Quero dizer que há uma disposição de buscar algo razoável. Porém, o meu razoável não é necessariamente o mesmo que o Deputado Alberto Pinto Coelho, que é Líder do Governo. Na Comissão de Fiscalização Financeira, foi aprovado 5%. Significa que a maioria dos membros da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária achou um valor razoável. Não entendo onde a UNALE entra nisso.

Volto a dizer, não é o Presidente da UNALE que defende esse voto, quem o defende é o Deputado Miguel Martini. Deputado Edson Rezende, se errarmos e o remédio for muito amargo, é só mandar um projeto para esta Casa que o corrigiremos para, no próximo ano, termos um parâmetro razoável. Não achamos razoável da forma como está, com absoluta e total autonomia.

Hoje se faz uma emenda de R\$1.000,00, e ela pode ser realizada com R\$100.000.000,00. Não queremos isso. Se estou prevendo construir uma estrada com R\$10.000.000,00, que se gastem os R\$10.000.000,00. Pode-se gastar R\$12.000.000,00. Tudo bem houve erro. Mas não tem sentido tirar todo o dinheiro de um lugar - R\$100.000.000,00 - e jogar naquele para o qual estavam previstos R\$1.000,00. Aí vira peça de ficção. Queremos trabalhar com isso, não queremos engessar o Governo. A emenda de 0%, que apresentamos, não é só minha, havia 39 assinaturas. Refluímos e chegamos em 5%, mais a folha de pagamento. Volto a dizer, na verdade, estamos dando 50% de autorização suplementar para o Governo. Se isso não é razoável, 8% é melhor que 10%? Sem dúvida alguma, é melhor que 10%, mas 5% é melhor que 8%, na minha maneira de ver. Mas aceito posições diferentes, e a divergência está aí no parlamento.

O Deputado Mauro Lobo (em aparte) - Deputado Miguel Martini, participamos desse processo de discussão do orçamento e de defesa do índice de 5% para suplementação. Estamos discutindo uma premissa falsa, como se 0, 5 ou 10 pudesse tolher o Governo. Nada tolhe o Executivo. Se houver necessidade de uma suplementação acima de qualquer índice, basta ele vir à Assembléia com a sua proposta. Quer dizer, é uma forma de valorizar o Poder Legislativo. E parece que aqui há poucas pessoas preocupadas com isso, achando que servindo ao Executivo de qualquer forma estariam servindo bem ao Estado ou à nossa Minas Gerais.

Não é só o índice que é importante, Deputado, a questão é esta Casa assumir que é Poder. Mas se não quer assumir que é Poder, tudo bem. Quero ver como vamos ficar agora com a redação final do Projeto de Lei nº 705? Quero ver se foi pra valer o que foi assumido aqui ou se teremos ainda propostas de reuniões extraordinárias, para voltar atrás. Aí, sim, será uma grande perda para o Poder Legislativo. Esta Casa tem de assumir o seu papel, o seu poder. Se ela não assume o seu poder, outro vem e assume no lugar dela. Aí teremos um retrocesso.

Não adianta o Presidente assumir o compromisso de manter fora de votação a redação final do Projeto de Lei nº 705. Quero ver se vamos até o fim dessa forma. Essa é a nossa preocupação. Esta Casa não pode se submeter ao jugo de qualquer Governador, não estou falando só desse. Temos de ser harmoniosos, respeitosos, mas autônomos e independentes. A dependência só faz diminuir o poder e, diminuindo o poder, diminui o respeito que esta Casa tem na sociedade e diminui o respeito que os Deputados têm ou que deveriam lutar para ter junto à sociedade.

Esses são os meus comentários e a minha preocupação. O processo legislativo de 1999 não está encerrado, vai se encerrar no final do ano. Aí, sim, poderemos dizer se realmente esta Casa manteve uma posição firme ou se mais uma vez foi apenas usada pelo Executivo.

O Sr. Presidente - Com a palavra, para discutir o projeto, o Deputado João Batista de Oliveira.

O Deputado João Batista de Oliveira - Meu caro Presidente, Deputado Gil Pereira, Deputada Elaine Matozinhos, Deputada Maria José Haueisen, Deputada Maria Tereza Lara, Srs. Deputados, a respeito da discussão do orçamento, volto a insistir que 8% já são uma grande e revolucionária redução.

Queremos chegar ao sonho de ter um orçamento totalmente enxuto, de 0%. Culturalmente, a redução de 20% já significa um avanço muito grande. A Bancada do PDT vai votar favoravelmente a essa emenda.

Ainda a respeito da UNALE, gostaria de dizer que fiz questão absoluta, em meu aparte ao Deputado Alberto Pinto Coelho, de não colocar a questão como se fosse a UNALE. Volto a insistir em que grande parte dos congressos de parlamentares que há pelo Brasil - vemos isso através da imprensa de modo geral - é apenas turismo disfarçado de congresso. Só vemos congressos em Foz do Iguaçu, Caldas Novas ou em Fortaleza. Eles não promovem, por exemplo, um congresso de parlamentares na área do semi-árido do sertão nordestino. Os encontros, via de regra, acontecem em cidades turísticas.

Fiz questão absoluta de não mencionar a UNALE, mas, se seu Presidente vestiu a carapuça, essa questão já é dele. Volto a dizer que não sou leviano. Fui associado à UNALE e tenho o direito de tocar nesse assunto. E a diretoria desta Casa não encontrou autorização de minha parte para efetuar descontos para a UNALE em minha folha de pagamentos, e vários Deputados com quem também conversei não se lembram de terem assinado essa autorização. Ainda que tivesse autorizado, fiz uma avaliação da UNALE e entendi que deveria me desassociar. Sinto-me nesse direito, sim. E sou tão responsável no que diz respeito a esses assuntos que sequer pedi uma prestação de contas ao seu Presidente sobre as contribuições feitas por mim durante muitos anos, para a UNALE. Eu confiava que o dinheiro estivesse sendo aplicado de forma correta e não cheguei a pedir essa prestação de contas. Entendo que a UNALE funciona como um templo para um culto à personalidade do seu Presidente. O que me levou a desfiliiar-me da UNALE foi o fato de que ela funciona para cultivar a personalidade do seu Presidente. Essa foi a razão. Esse foi o motivo pelo qual me desfiliei. E tenho legitimidade, sim, para falar sobre a UNALE, uma vez que ajudei a mantê-la com descontos feitos em minha folha de pagamento. Eu não gostaria de levar essa discussão adiante.

O Deputado Alencar da Silveira Júnior (em aparte) - Gostaria apenas de lembrar que o PDT faz parte da base do Governo nesta Casa e, mais uma vez, vai acompanhar o voto de V. Exa., que é o voto do Líder do Governo, Deputado Alberto Pinto Coelho. Não adianta ser base do Governo se na hora das grandes decisões, como agora, nosso Líder tem de ficar implorando votos de seus companheiros. Acho que quem é do Governo tem de votar com o Governo. E o PDT, durante todo este ano, comportou-se e fez valer o apoio ao Governo Itamar Franco. Por dar esse apoio é que, neste momento, o Deputado Alberto Pinto Coelho não precisa se preocupar com os Deputados de nosso partido. Estaremos votando de acordo com o voto de nosso Líder, que é o Líder do Governo.

Não adianta falar que somos base do Governo e ver o Deputado Alberto Pinto Coelho implorando por nossos votos. Que base de Governo é essa? Acho que isso tem de ser analisado pelo Deputado Alberto Pinto Coelho. Muito obrigado.

Nesta oportunidade, gostaria também de desejar-lhe um feliz Natal e um próspero ano 2000. Que V. Exa. continue competente como é, um Deputado exemplar, como Vereador exemplar também foi. Muito obrigado.

O Deputado João Batista de Oliveira - Sr. Presidente, concluindo, gostaria de perguntar à Mesa se é verdade que esta Casa paga dois funcionários que trabalham para a UNALE. Gostaria de saber se isso é verdade e, se for verdade, se é justo.

O Deputado Miguel Martini (em aparte) - Quero apenas dizer que isso é mentira.

O Deputado Dalmo Ribeiro Silva (em aparte) - Nobre Deputado João Batista de Oliveira, com muito prazer ouço V. Exa. e não poderia deixar de parabenizá-lo. V. Exa. foi um soldado combatente à frente da Comissão de Agropecuária, esteve em nossa região, no Sul de Minas, participando efetivamente dos problemas dos bataticultores. Quero, neste momento, render minhas homenagens a V. Exa., cuja presença é das mais dignas possíveis neste parlamento. Tive a oportunidade de participar, juntamente com V. Exa., da Comissão da Seca, em que fizemos inúmeras viagens. Tenho a certeza de que um parlamentar da estirpe de V. Exa. enaltece esta Casa. Quero desejar a todos os Deputados e à assessoria um feliz Natal, cheio de alegria, paz e felicidade. Desejo um Ano-Novo cheio de alegrias. Que Deus nos abençoe para que possamos, no ano 2000, continuar trabalhando para o povo mineiro! Muito obrigado.

O Deputado Paulo Piau (em aparte) - Meu caro Deputado João Batista de Oliveira, Presidente da Comissão de Política Agropecuária, fiquei preocupado com essa posição de V. Exa. e gostaria de dizer que temos uma grande admiração pelo seu trabalho, pela sua coerência, mas essa sua postura em relação à UNALE me deixou preocupado. O Presidente da UNALE é um colega nosso, da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, e é uma pessoa de confiança, que traz informações das outras Assembléias Legislativas. Considero um privilégio o Presidente da UNALE ser da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Essas alegações deixam um ponto de dúvida, e isso é extremamente negativo para a Casa, porque a UNALE é um empreendimento nacional, não vai deixar de existir e, se não tivermos um Presidente daqui, ele será de outra Assembléia. Acho que essas "denúncias" que V. Exa. traz têm de ser apuradas. Elas não podem ficar como denúncias vazias, que comprometem um colega que admiramos e em quem temos extrema confiança, por sua ação como pessoa e como parlamentar. Não vamos polemizar, mas gostaríamos de ver essa situação esclarecida. Queria deixar isso registrado para que não ficassem apenas palavras vazias trazidas ao povo de Minas Gerais. Muito obrigado.

O Deputado João Batista de Oliveira - Meu caro Deputado Paulo Piau, não fiz nenhuma denúncia, apenas exerci o direito de me desligar da UNALE. Lamentei já que não pude me habilitar a um convênio do IPLEMG porque era obrigatório ser filiado à UNALE. Isso é uma camisa-de-força. Exerci esse direito e não levantei nenhuma questão. Saí da UNALE sem sequer solicitar uma prestação de contas, porque não tenho dúvidas quanto a isso.

Filosoficamente, a UNALE não me agrada. Exerci meu direito e me desfiliei. Não levantei nada contra a conduta do Presidente da UNALE. Ele é que me chamou de leviano. Se eu que fui associado, que ajudei com a minha presença, até financeiramente, não puder discutir, tenho de ter dúvidas mesmo. Jamais levantei essa questão. Disse que grande parte dos congressos de parlamentares no Brasil, como vemos na imprensa, é turismo disfarçado de congresso. Jamais disse que a UNALE fazia turismo disfarçado de congresso.

O Deputado João Leite (em aparte) - V. Exa. sabe do carinho, da amizade e do companheirismo que temos desde os tempos da Câmara Municipal de Belo Horizonte. V. Exa. teve oportunidade de explicar melhor seu pensamento em relação à UNALE. Durante este ano, não tive oportunidade de ir aos encontros da UNALE, mas estive presente na ressuscitação da união dos Deputados Estaduais. Participei, junto com o Deputado Miguel Martini e outros Deputados da Assembléia Legislativa, desse trabalho para ressuscitar novamente a união dos Deputados Estaduais. Considero que é uma grande conquista para nós termos o Deputado Miguel Martini como Presidente da UNALE. Tenho tido oportunidade de usufruir o apoio da UNALE em minhas idas a Brasília, especialmente, nos encontros das diversas Comissões de Direitos Humanos do Brasil. Queria deixar aqui meu testemunho. V. Exa. explicou bem. Não se trata de desconfiança. Quero deixar meu testemunho em relação ao trabalho da UNALE e do Deputado Miguel Martini, que levantou esse trabalho que estava morto no País. A UNALE é a nossa voz no Congresso, bem como um apoio para todos nós. Muito obrigado pela oportunidade de contribuir com esta discussão.

O Deputado Carlos Pimenta (em aparte) - Quero também entrar nesse aspecto da discussão. Tenho por V. Exa. uma grande admiração. O mesmo trabalho que o Deputado João Batista de Oliveira fez, na Comissão de Agropecuária da Casa, guardando as devidas proporções, foi feito também na UNALE, pelo Deputado Miguel Martini. Tenho ido a Brasília de 15 em 15 dias e tenho tido o maior suporte técnico, quando pretendo ter uma audiência em algum órgão. A UNALE tem se mantido sempre à frente. Acho que ela foi uma conquista muito grande. Não tive oportunidade de participar de encontros regionais nem nacionais, mas, em Brasília, o órgão é bem-estruturado e importante.

Quero, sem entrar em discussão, hipotecar minha total e irrestrita solidariedade ao Deputado Miguel Martini, que é o Presidente dessa entidade e representa o Estado de Minas Gerais. Quero também testemunhar o trabalho que ele fez, abrindo espaços em Brasília, abrindo portas, para que possamos completar o nosso trabalho legislativo e parlamentar aqui em Minas Gerais.

O Deputado Irani Barbosa (em aparte) - Deputado João Batista, é com muita autoridade e liberdade que me dirijo a V. Exa., até pelos anos de amizade que temos, que já ultrapassam 20. Diria que são anos de convivência até espiritual, não só no parlamento. Mas tenho dois comentários a fazer. Conheço o caráter de V. Exa. e sei que jamais levantaria qualquer coisa em relação à UNALE. Não é do seu feitio jogar farpa em cima de pessoas, principalmente em colegas da Assembléia.

Com relação à UNALE, quero dizer que ela é a sucessora da União Parlamentar Interestadual - UPI. Anteriormente, havia um vício, e a UNALE veio para modificar muita coisa. Pode ainda não estar como queremos. Às vezes, acho que há uma falha, por parte dela, quanto à informação aos Deputados de tudo o que tem sido feito com relação à essa homogeneização das leis no País. Há uma divergência muito grande de pensamentos nos parlamentos de norte a sul, não País. E a UNALE tem feito trabalhos progressivos e intensos com o intuito de criar uma integração nacional, até na forma de pensar e de agir. Isso é muito bom para um país com dimensões continentais como o Brasil.

Queria dizer ao Deputado Miguel Martini, nosso parceiro há muito tempo - conheço a idoneidade de V. Exa. -, que o Deputado João Batista jamais faria qualquer coisa que pudéssemos dizer que ele é leviano. Em momento algum, ele teve a intenção de dizer que V. Exa. teve uma conduta leviana com relação à UNALE. Há uma filosofia dele com relação à UNALE, mas, em nenhum momento, ele quis agredir V. Exa. Acredito na UNALE, acredito no trabalho que tem sido feito de reestruturação; acho que, às vezes, a desinformação leva a algumas dúvidas. Mas pode ter certeza, Deputado João Batista, essa é a única forma que temos de integração. Às vezes, os lugares onde se pode fazer esses congressos são as cidades que conseguem acolher e apoiar vários parlamentares de várias regiões. Não temos assembléias em lugares que nos permitam abandonar o nosso trabalho. Às vezes esses congressos são realizados em locais próprios para o turismo, mas essa não é a intenção. Há muito tempo, existia uma associação de Vereadores, fomos até associados da AVEMIG, por exemplo, que chegou a esse nível. Hoje, temos outras associações. O meio de informação dos próprios sistemas televisivos das Assembléias, da Câmara dos Deputados, de algumas Câmaras Municipais, vem clareando bastante a mente do povo brasileiro e até dos políticos. Já não há essa contemplação desse turismo banal, de se fazer um congresso apenas para turismo.

Queria dizer a V. Exa. que o respeito muito, como também respeito o Deputado Miguel Martini. Acho que houve uma desinformação. Podem ter a certeza de que a UNALE caminha por um caminho sério, como V. Exa. sempre caminhou em sua vida pública e sempre se pautou pelo respeito a todos os companheiros. Muito obrigado.

O Deputado Agostinho Patrús (em aparte) - Deputado João Batista de Oliveira, V. Exa. é mais que um amigo, é um companheiro. Agora há pouco conversava com o Deputado Alencar da Silveira Júnior a respeito do companheirismo que V. Exa. sempre transmitiu a todos os seus colegas não só na Câmara Municipal, mas também aqui.

Numa outra oportunidade, gostaria de conversar com o prezado amigo sobre a UNALE, já que hoje todos estão ansiosos por votar o orçamento do Estado.

O Deputado Irani Barbosa foi muito feliz na sua fala. A UNALE é a forma de congregação dos Deputados Estaduais. São 1.054 Deputados Estaduais em todo o País. É a forma de o Poder Legislativo atuar em defesa da população e discutir os assuntos dos Estados em um fórum adequado.

Assim, posteriormente, quero conversar com V. Exa. Sei de sua capacidade de compreensão e de companheirismo e da abertura para o diálogo que V. Exa. sempre demonstrou.

Era isso o que gostaria de colocar, dizendo ao companheiro que não quero me alongar exatamente para que possamos fazer a votação do orçamento, uma vez que os companheiros já estão ansiosos por isso.

O Deputado João Batista de Oliveira - Agradeço aos colegas que me apartaram, reafirmando que minha intenção nunca foi a de ofender ninguém, mas apenas a de exercer o meu direito de participar ou não de uma associação. No que houve, se fui interpretado dessa maneira, não foi o que queria. Realmente, só pretendi exercer o meu direito - eu que acabei sendo punido por não ser associado à UNALE e não pude me beneficiar de um convênio. E acho que isso merece uma discussão maior. Agradeço a paciência de todos os colegas. Obrigado.

O Sr. Presidente - Não há outros oradores inscritos. Encerra-se a discussão. Vem à Mesa requerimento do Deputado Antônio Andrade em que solicita a votação destacada das Subemendas nºs 2 e 3 à Emenda nº 1.510. A Presidência defere o requerimento, nos termos do inciso XVII do art. 232 do Regimento Interno. Em votação, o projeto, salvo emendas e destaques. Os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (-Pausa.) Aprovado. Em votação, as Emendas nºs 3.704 a 3.766, a Subemenda nº 1 à Emenda nº 1.511 e a Subemenda nº 3 à Emenda nº 1.510, que receberam parecer pela aprovação, salvo destaques. Os Deputados que as aprovam permaneçam como se encontram. Aprovadas.

#### Questão de Ordem

O Deputado Miguel Martini - Sr. Presidente, gostaria de pedir que, na hora da votação da emenda que se refere aos 8%, fosse feita sua leitura. Das outras, não é necessário. É somente dessa, para ganharmos tempo.

O Sr. Presidente - Em votação, as Emendas nºs 129, 130, 530, 703, 704, 888, 889, 1.319, 1.320, 1.321, 1.508 e 1.875, que receberam parecer pela rejeição. Os Deputados que as aprovam permaneçam como se encontram. (-Pausa.) Rejeitadas. Solicito ao Sr. Secretário que proceda à leitura da Subemenda nº 2 à Emenda nº 1.510.

O Sr. Secretário (Deputado Márcio Cunha) - (- Lê:)

"Dê-se ao art. 7º a seguinte redação:

Art. 7º - Fica o Poder Executivo autorizado a abrir créditos suplementares ao orçamento fiscal até o limite de 8% da despesa fixada no art. 1º desta lei.

§ 1º - Não oneram o limite estabelecido neste artigo:

I - as suplementações de dotações referentes ao remanejamento de pessoal e encargos sociais;

II - as suplementações de dotações com recursos vinculados a convênios;

III - as suplementações de dotações referentes ao pagamento da dívida pública e de precatórios judiciais, bem como os créditos à conta da dotação de reserva de contingência.

§ 2º - São dispensados os decretos de abertura de créditos nos casos em que a lei determina a entrega automática do produto da receita aos municípios".

#### Questão de Ordem

O Deputado Miguel Martini - Quer saber qual foi o critério utilizado para votar, primeiro, essa que foi rejeitada, e não a que foi aprovada na Comissão, porque a de 5% foi aprovada na Comissão.

O Sr. Presidente (Deputado Anderson Aduino) - A Presidência deseja informar a V. Exa. que ela será prejudicada se a Subemenda nº 3 for aprovada.

O Deputado Miguel Martini - Mas a pergunta é: por que não se vota primeiro a que foi aprovada na Comissão?

O Sr. Presidente - Porque ela foi destacada.

O Deputado Miguel Martini - As duas foram destacadas.

O Sr. Presidente - Realmente, a ordem de apreciação das subemendas não alterará o processo. As duas estão destacadas.

O Deputado Miguel Martini - Está bem. Mas o meu pedido é que, se fosse possível, votássemos a outra primeiro, pois, se ela for aprovada, a 8 fica prejudicada.

O Sr. Presidente - Sim, mas acontecerá a mesma coisa. Com a palavra, para encaminhar a votação da subemenda, o Deputado Miguel Martini.

O Deputado Miguel Martini - O encaminhamento é para reafirmar o que já dissemos: que o Poder Legislativo não quer, de forma nenhuma, engessar o Poder Executivo. Pelo contrário. A compreensão é que 5% dará condições ao Poder Executivo de trabalhar, porque são 5% mais a folha de pagamento, o que dá 50% de suplementação. Se ocorrer algum problema, ele terá só de enviar um projeto para esta Casa para aprovarmos, é só isso.

O Sr. Presidente (Deputado Gil Pereira) - Em votação, a Subemenda nº 2 à Emenda nº 1.510, destacada. Os Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovada.

O Deputado Miguel Martini - Verificação de votação, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente - É regimental. A Presidência vai proceder à verificação de votação pelo processo eletrônico e, para tanto, solicita aos Deputados que ocupem seus lugares.

- Procedê-se à verificação de votação pelo painel eletrônico.

O Sr. Presidente (Deputado Anderson Aduino) - Votaram "sim" 32 Deputados; votaram "não" 7 Deputados; perfazendo o total de 39 votos. Está, portanto, ratificada a aprovação da Subemenda nº 2 à Emenda nº 1.510. Em votação, a Subemenda nº 3 à Emenda nº 1.510, destacada. Com a palavra, para encaminhar a votação da subemenda, o Deputado Miguel Martini.

O Deputado Miguel Martini - É lamentável que não tenhamos avançado ainda agora. Por esse placar, vamos perder, mas tentamos. Acho que o fato de o Poder Legislativo ter se debruçado, ter se detido um pouco mais, na questão orçamentária, já foi positivo. É lamentável que o Governo continue com carta branca para fazer o que quer, e o Poder continue, nesse sentido, fragilizado. Então, o encaminhamento é para aprovar essa emenda, mas já percebo que a pressão, o rolo compressor vai passar em cima de nós novamente.

O Sr. Presidente - Em votação, a Subemenda nº 3 à Emenda nº 1.510. Os Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Rejeitada.

O Deputado Miguel Martini - Verificação de votação, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente - É regimental. A Presidência vai proceder à verificação de votação pelo processo eletrônico e, para tanto, solicita aos Deputados que ocupem seus lugares.

- Procede-se à verificação de votação por meio do painel eletrônico.

O Sr. Presidente - Votaram "sim" 9 Deputados; votaram "não" 35 Deputados, perfazendo um total de 44 votos. Está ratificada a rejeição da Subemenda nº 3 à Emenda nº 510. Ficam prejudicadas as Emendas nºs 1 a 18, 21 a 128, 131 a 529, 531 a 702, 705 a 887, 890 a 1.160, 1.162 a 1.318, 1.322 a 1.507, 1.509 a 1.725, 1.727 a 1.746, 1.748 a 1.764, 1.766 a 1.769, 1.771 a 1.801, 1.803 a 1.874, 1.876 a 3.417, 3.419 a 3.703 e a Subemenda nº 1 à Emenda nº 1.510. Está, portanto, aprovado, em turno único, o Projeto de Lei nº 581/99 com as Emendas nºs 3.704 a 3.766, com a Subemenda nº 1 à Emenda nº 1.511 e com a Subemenda nº 2 à Emenda nº 1.510. A Comissão de Redação.

#### Questões de Ordem

O Deputado Carlos Pimenta - Enquanto V. Exa. esteve ausente do Plenário, conversamos com o Líder do Governo e Presidente em exercício, Deputado Gil Pereira, sobre a interrupção da sessão por um prazo mínimo de cinco minutos, para prepararmos a redação final. Indago de V. Exa. se isso vai ser possível.

O Sr. Presidente - A Presidência comunica aos parlamentares que temos um número expressivo de pareceres de redação final para serem apreciados. Nesse ínterim, a Comissão de Redação poderá ultimar a redação final do orçamento.

O Deputado Carlos Pimenta - Ainda nesta sessão extraordinária ou na ordinária?

O Sr. Presidente - Terá que ser na ordinária, que terá início às 14 horas, porque esta extraordinária já está terminando.

O Deputado Chico Rafael - Sr. Presidente, estou com um requerimento sobre a mesa, em que solicito a retirada de tramitação do Projeto de Lei nº 351/99, que trata do Micro Geraes. Gostaria de obter a atenção dos colegas Deputados com relação a esse projeto, porque ele veio num curto espaço de tempo e foi votado de forma acelerada.

Embora o projeto de minha autoria tenha sido proposto em abril, o substitutivo do Governo veio de uma forma muito rápida, e não houve tempo para discutir o assunto. Lamentavelmente, junto com outros Deputados, Mauri Torres e Antônio Júlio, fomos na conversa do pessoal do SEBRAE, mas, na verdade, esse projeto traz grande prejuízo para as microempresas. Então, o requerimento do Deputado Chico Rafael é para se retirar de tramitação o Projeto de Lei nº 351/99, para que não seja levado à sanção.

O Sr. Presidente - A Presidência informa ao Deputado Chico Rafael que o projeto não pode mais ser retirado de tramitação, uma vez que o mérito da proposição já foi apreciado em dois turnos. O que está sendo apreciado, agora, são, apenas, os aspectos formais da proposição. A única alternativa seria V. Exa., no próximo ano, entrar com outro projeto.

O Deputado Chico Rafael - Queremos o adiamento ou a derrubada do projeto, seja o que for. Do jeito que está não pode ir à sanção. O pessoal do SEBRAE, cujo Presidente foi ex-Secretário da Fazenda, manipulou o projeto nesse sentido, trazendo prejuízo muito grave para as microempresas. Votar do jeito que se encontra não podemos, Sr. Presidente. Lamentavelmente, ontem me debrucei sobre essa questão, discuti com várias pessoas o assunto, e descobrimos que, no fundo, traz grave prejuízo para as microempresas do Estado de Minas.

#### Discussão e Votação de Pareceres de Redação Final

O Sr. Presidente - Parecer de Redação Final do Projeto de Lei nº 775/99, do Governador do Estado, que cria o Instituto de Terras do Estado de Minas Gerais e dá outras providências. Em discussão, o parecer. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. Em votação, o parecer. Os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. À sanção.

Parecer de Redação Final do Projeto de Lei nº 351/99, do Deputado Chico Rafael, que altera dispositivos da Lei nº 12.708, de 29/12/97 e dá outras providências. Em discussão, o parecer. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. Vem à Mesa requerimento do Deputado Chico Rafael, em que solicita o adiamento da votação do Parecer de Redação Final do Projeto de Lei nº 351/99. Em votação, o requerimento. Os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Rejeitado.

O Deputado Chico Rafael - Verificação de votação, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente - É regimental. A Presidência vai proceder à verificação de votação pelo processo eletrônico e, para tanto, solicita aos Deputados que ocupem seus lugares.

- Procede-se à verificação de votação por meio do painel eletrônico.

O Sr. Presidente - Votaram "sim" 26 Deputados; votaram "não" 16 Deputados. Está aprovado o requerimento de adiamento de votação.

- A seguir, são submetidos a discussão e votação e aprovados, cada um por sua vez, os Pareceres de Redação Final dos Projetos de Lei nºs 51, 232, 424, 582 e 586/99 (- À sanção.).

#### Questão de Ordem

O Deputado Hely Tarquínio - Sr. Presidente, gostaria que V. Exa. dissesse quais são os projetos que ainda faltam para serem votados em redação final.

O Sr. Presidente - A Presidência comunica ao Deputado Hely Tarquínio que falta a redação final do Projeto de Lei nº 229/99. A Presidência indaga aos Deputados Sebastião Costa, Alberto Bejani, Paulo Piau, Miguel Martini, Amílcar Martins, Sebastião Navarro Vieira e Carlos Pimenta se ainda desejam fazer encaminhamento do Projeto de Lei nº 229/99.

O Sr. Presidente - Parecer de Redação Final do Projeto de Lei nº 229/99, do Deputado Alberto Bejani, que altera dispositivos da Lei nº 12.040, de 28/12/95, a qual dispõe sobre a distribuição da parcela da receita do produto da arrecadação do ICMS pertencente aos municípios de que trata o inciso II do parágrafo único do art. 158 da Constituição Federal e dá outras providências. Em discussão, o parecer. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão.

#### Questão de Ordem

O Deputado Sebastião Costa - Sr. Presidente, solicito que V. Exa. suspenda a reunião por cinco minutos para que possamos rever a nossa própria memória. Parece-me que houve um acordo para que esse projeto ficasse para o ano que vem. Assim, seria pertinente, neste momento, aprovarmos um requerimento de adiamento, uma vez que o Deputado Alberto Bejani, por razões particulares, não se encontra na Casa hoje.

O Sr. Presidente - A Presidência, conhecendo a polêmica em torno desse projeto, fez questão de, antes de entrar no processo de votação, questionar os senhores se iriam fazer encaminhamento. V. Exas. abriram mão; a Presidência não tem como voltar atrás. Em votação, o parecer. Os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado.

O Deputado Sebastião Costa - Verificação de votação, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente - Esgotado o prazo destinado a esta reunião, a Presidência torna sem efeito a votação do Parecer de Redação Final do Projeto de Lei nº 229/99.

#### Encerramento

O Sr. Presidente - A Presidência encerra a reunião, convocando os Deputados para a ordinária a seguir, às 14 horas, com a ordem do dia já publicada, e para a extraordinária também de hoje, às 20 horas, bem como para a solene, a realizar-se após a aprovação do projeto de lei do orçamento, nos termos dos editais de convocação. Levanta-se a reunião.

#### MATÉRIA ADMINISTRATIVA

##### CONCORRÊNCIA Nº 1/99\*

Objeto: contratação de empresa, pelo período de 12 meses, para prestação de serviços de reportagem, locução, produção, edição, direção e operação dos sistemas de áudio e vídeo.

Fica suspensa a reunião de abertura dos envelopes marcada para o dia 10/1/2000, em virtude da necessidade de reavaliação das condições da contratação.

Nova data será posteriormente divulgada aos interessados.

Pedro Paulo Dias Ladeira, Diretor-Geral.

\* - Republicado, em virtude de incorreção havida na edição de 4/1/2000.

##### TOMADA DE PREÇOS Nº 17/99

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais torna público, para conhecimento dos interessados, que fará realizar, no dia 20/1/2000, às 10 horas, na Rua Rodrigues Caldas, 79, 14º andar, Bairro Santo Agostinho, na sala de reuniões da Área de Material e Patrimônio, a abertura dos envelopes da Tomada de Preços nº 17/99, destinada à contratação de empresas, pelo período de 12 meses, para a prestação de eventuais serviços de transporte aéreo, por meio de aeronaves.

O edital poderá ser adquirido, no endereço acima, mediante pagamento da importância, não reembolsável, de R\$10,00.

Belo Horizonte, 4 de janeiro de 2000.

Pedro Paulo Dias Ladeira, Diretor-Geral.